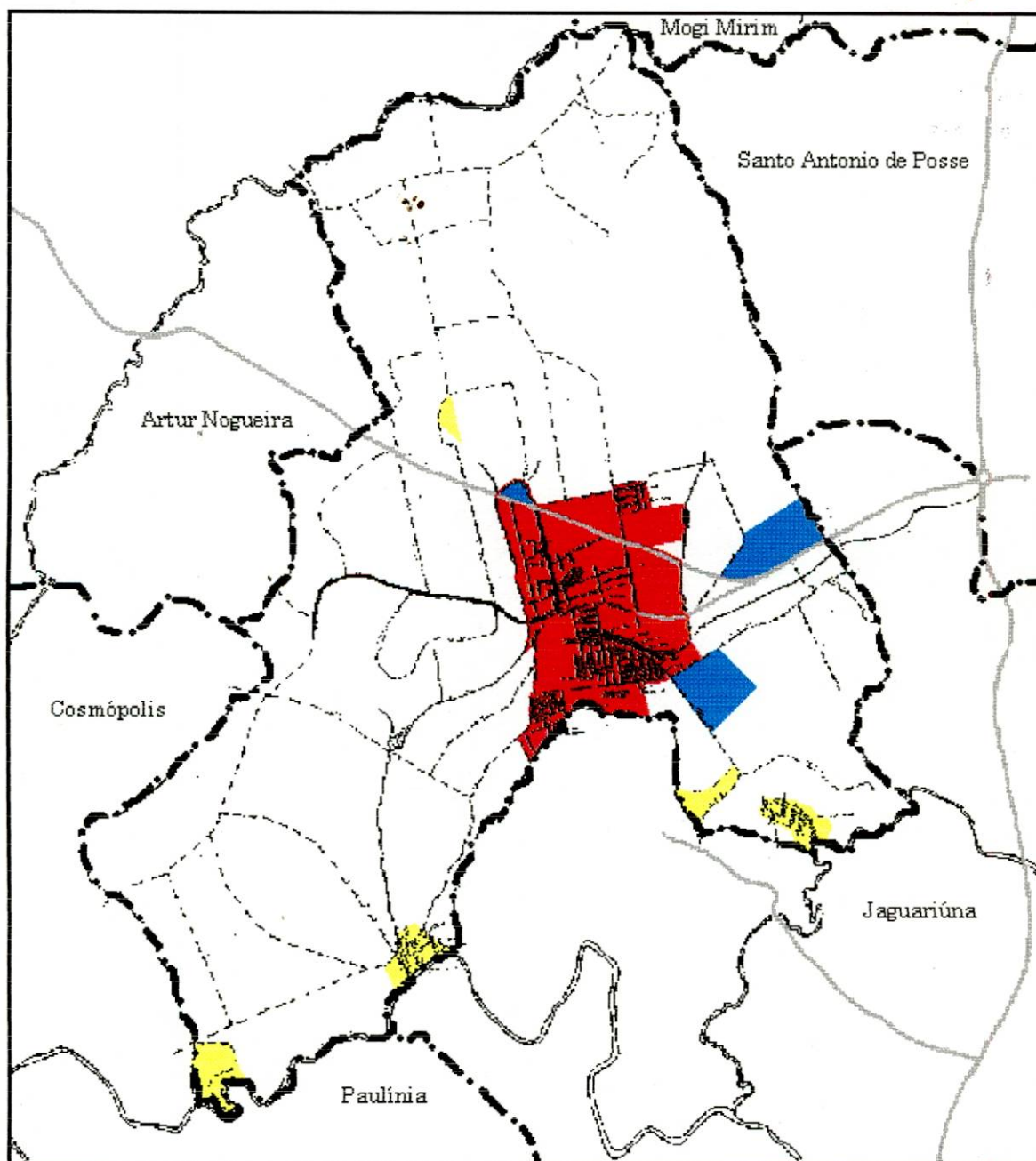




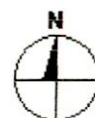
MUNICIPIO DE HOLAMBRA

PERÍMETRO URBANO

ÁREAS DE EXPANSÃO URBANA

ÁREAS PARA IMPLANTAÇÃO INDUSTRIAL (em estudo)

0 1000 m
Escala



- Zona Urbana
- Zona de Expansão Urbana
- Divisas Municipais



Inaugurado primeiro Centro Público de Formação Profissional



400 pessoas estiveram presentes no lançamento do primeiro
Centro Público de Formação Profissional

Com a participação de representantes da comunidade local e de todos os parceiros envolvidos no projeto, foi lançado oficialmente, no dia 15 de novembro, o primeiro Centro Público de Formação Profissional na Vila Formosa, em São Paulo.

Experiência inovadora na área de formação profissional, a cerimônia foi marcada pela entrega dos certificados de conclusão aos primeiros 200 alunos do Centro Público.

pág. 2

NESTE NÚMERO

COM-EMPREGO

As experiências
municipais

págs. 4 e 5

PED

Desemprego se mantém em
alta na RMSP

pág. 5

Pegado

A posição da CETE sobre o
pacote econômico

pág. 6

Unitrabalho

Uma análise dos
cursos de 1996

pág. 7

S E R T

Ribeirão Preto e São José do Rio Preto Seminários aumentam atividade das COM-EMPREGO

Pleno Emprego registra neste número os seminários regionais de Ribeirão Preto e de São José do Rio Preto. Cada um deles reuniu mais de 30 municípios.

O Projeto Emprego e Renda, que tem por objetivo potencializar o trabalho das Comissões Municipais de Emprego, já realizou cinco dos seis seminários previstos.

Além desses encontros regionais, técnicos do Programa têm visitado os municípios e discutido com as COM-EMPREGO propostas de trabalho. *pág. 8.*

Um novo modelo de formação profissional

O lançamento do primeiro Centro Experimental Público de Formação Profissional, dia 15 de novembro, na Vila Formosa, em São Paulo, é um fato de grande importância.

Parte do programa "Aprendendo a Aprender", o Centro Público é um laboratório que agrega teoria e prática concebidas por meio de parcerias entre entidades empresariais, de trabalhadores, representantes de universidades e do governo. A chave de todo esse processo está no envolvimento da população local. Ela participa por meio de um Conselho Comunitário cuja função é apontar as demandas locais e ajudar a traçar um quadro de possíveis empreendimentos para a região. No Conselho da Vila Formosa estão presentes, por exemplo, mais de 42 entidades.

Foi a comunidade que apontou como prioritário o trabalho com jovens e com mulheres. E junto com um Conselho de Implantação, ajudou também a definir o conteúdo, a carga horária e a metodologia que deveriam ser empregadas nos cursos.

Muito além de uma formação técnica competente, o Centro Público está em busca da cidadania plena. A idéia é que centros como esse, de experimentação e geração de novas propostas e metodologias para a formação profissional, proliferem em todo o Estado, adaptando seus programas à realidade e à necessidade de cada local. Que sejam, ainda, capazes de contaminar, com suas boas novas, todo o sistema de formação profissional.

PlenoEmprego

Boletim mensal da Comissão Estadual de Emprego de São Paulo (CETE - SP)
Editado com recursos do MTb/Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)

Governo do Estado de São Paulo

Mário Covas

Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho

Walter Barelli

Comissão Estadual de Emprego de São Paulo - CETE - SP

Francisco Canindé Pegado do Nascimento

presidente

Alexandre Jorge Loloian

secretário executivo

Representantes do Governo:

Antonio Funari Filho - titular - DRT

Armando Antonio Maria Lagana - titular - SCTDE

Audenir Brunelli - suplente - SCTDE

Celma da Silva Lago Baptistella - titular - SAA

Denise Andrade Rodrigues - suplente - BNDES

João Barizon Sobrinho - suplente - SERT

José Roberto Correia Soeiro - titular - BNDES

Keniti Anyia - titular - SERT

Maria Carlota Meloni Vicente - suplente - SAA

Maria Cristina Codo dos Santos - suplente - DRT

Representantes dos Trabalhadores:

Airton Ghiberti - suplente - CGT-Confederação

Antonio Neto - suplente - CGT-Central

Elias Soares - titular - CUT

Francisco Canindé Pegado do Nascimento - titular - CGT-Confederação

Francisco Pereira de Souza Filho - titular - Força Sindical

Jorge Nazareno - suplente - Força Sindical

José Lopez Feijó - suplente - CUT

Mauro Alves da Silva - suplente - Fetaesp

Valdir Carlos Sarapu - titular - CGT-Central

Vitor Jorge Faria - titular - Fetaesp

Representantes dos Empregadores:

Alberto MacDowell de Figueiredo - titular - PNBE

Alencar Naul Rossi - titular - Febraban

Fábio Cardoso - suplente - Fiesp

Fábio de Salles Meirelles - titular - Faesp

Luiz Victor de Souza Botto - suplente - Faesp

Manuel Henrique Farias Ramos - titular - FCESP

Maria Cristina Nascimento - suplente - PNBE

Marilena Moraes Barbosa Funari - suplente - Febraban

Roberto Ferraiuolo - titular - Fiesp

Romeu Bueno de Camargo - suplente - FCESP

Edição e redação: Ângela Soares • **Ilustrações:** Ênio Squeff

• **Fotos:** Valdenir José Rios • **Editoração**

eletrônica e secretaria gráfica: Icléia Alves Cury

• **Revisão:** UPDI • **Projeto gráfico inicial:** David Urbinatti

Netto • **Jornalista responsável:** Ênio Squeff, MTb 3481

• **Fotolito e impressão:** Imesp

• **Tiragem:** 5 mil exemplares

São Paulo, dezembro de 1997

Formação profissional

Centro Experimental Público é inaugurado

O ato de lançamento do Centro Experimental Público de Formação Profissional contou com a participação de mais de 400 pessoas.

Representantes de sindicatos de trabalhadores, de organizações não-governamentais, professores universitários e de escolas técnicas — parceiros no projeto —, se juntaram à comunidade da Vila Formosa para prestigiar e comemorar a implantação desse Centro Experimental Público.

O objetivo é construir um espaço para a formação integral dos trabalhadores, englobando o aprendizado profissional e o desenvolvimento da consciência social. A comunidade local, além de opinar sobre os cursos que devem ser oferecidos, participa das discussões sobre o conteúdo e a metodologia que serão empregadas.

Novo conceito

No Centro Público, o tradicional curso de introdução à informática transforma-se em introdução ao mundo do trabalho informatizado, aliando conhecimento específico com a formação geral do cidadão.

Assim, além do domínio dos programas, o aluno é despertado para as mudanças provocadas pela informática na sociedade, inclusive no mercado de trabalho.

As diferentes experiências de curso, trazidas pelos parceiros, são colocadas em comum. Por isso, no início, o projeto foi chamado de Centro Público Experimental. A idéia é que cada parceiro aperfeiçoe ainda mais seus cursos, sob o crivo de outros projetos com objetivos semelhantes.

O Centro Público é também um espaço de integração cultural e de lazer da comunidade.

Barrando a crise

As recentes medidas econômicas encontraram, pela primeira vez, quase 200 municípios com Comissões Municipais de Emprego organizadas. Ou seja, hoje, o Interior e as principais cidades já estão em condições de analisar os impactos econômicos das medidas governamentais com os olhos das três bancadas que compõem as COM-EMPREGO.

Se em outros momentos os municípios podiam reagir às medidas somente muito tempo depois, hoje, as Comissões tripartites possibilitam que haja maior agilidade de ação, que as alternativas sejam buscadas antes que as consequências dos ajustes econômicos se façam sentir localmente.

O exemplo vem da própria Comissão Estadual de Emprego. No dia 20 de novembro, a CETE/SP se reuniu e adotou posições que visam minimizar os efeitos do pacote no mercado de trabalho. São propostas de combate ao desemprego, que devem ser encaminhadas ao CODEFAT, ao Ministério do Trabalho e também ao Governo do Estado. Todas apresentando sugestões válidas para minorar impactos da crise sobre o mercado de trabalho.

A entrevista que *Pleno Emprego* publica neste número (página 6) com o presidente da Comissão Estadual, Francisco Canindé Pegado, revela com clareza a opção que tem feito a CETE de desenvolver uma ação propositiva, de interferência efetiva no mundo do trabalho.

Na mesma linha podem seguir as Comissões Municipais de Emprego, ocupando o espaço que lhes é de direito.

Walter Barelli
Secretário

Proger ainda é o grande destaque das COM-EMPREGO

O Proger continua sendo o grande destaque do trabalho das COM-EMPREGO, especialmente na busca para agilizar a liberação dos recursos desse programa.

Mas várias Comissões têm procurado ampliar as alternativas para a geração de emprego e renda. Para o presidente da COM-EMPREGO de Presidente Venceslau, a Comissão tem que encontrar a identidade da cidade e investir no seu potencial.

COM-EMPREGO passo a passo

Comissões homologadas 145

Comissões em formação 119

Catanduva

A Comissão Municipal de Emprego de Catanduva decidiu dar um caráter eminentemente técnico ao Grupo de Análise dos Projetos, o GAP. Em comum acordo com todos os membros da Comissão, o GAP foi composto por um representante da Associação dos Engenheiros, um representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) – seção Catanduva – e funcionários do Banco do Brasil. Dessa forma, conseguiram agilizar o processo de elaboração e apreciação dos projetos, principalmente os do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger). No mesmo caminho seguido por Andradina (ver *Pleno Emprego* nº 4), a COM-EMPREGO de Catanduva também vem solicitando às empresas beneficiadas com os recursos do Proger o xerox da carteira de trabalho dos novos funcionários, como meio de garantir a qualidade e a legalidade do posto de trabalho gerado.

São Bernardo do Campo

A COM-EMPREGO de São Bernardo está discutindo a implementação do Programa Municipal de Empregabilidade. Baseado na baixa qualificação dos trabalhadores desempregados, o programa visa desenvolver meios de elevar a qualificação e aumentar as chances de recolocação no mercado de trabalho.

Ao mesmo tempo, a Comissão também está discutindo a criação de um pólo de desenvolvimento tecnológico, que abrigaria uma incubadora de micro e pequenas empresas comunitárias. Para essa iniciativa estão sendo buscadas parcerias com o Ciesp e universidades,

como a Faculdade de Engenharia Industrial (FEI). A Comissão de São Bernardo também tem se envolvido em ações regionais, juntamente com os sete municípios que compõem o grande ABC. A Câmara Regional de Desenvolvimento Econômico e Social do Grande ABC tem sido o fórum dessa ação conjunta.

No campo da formação profissional, a COM-EMPREGO analisou e aprovou os cursos propostos pelo Sindicato da Construção Civil e pela Associação de Valorização dos Excepcionais.

Jales

A Comissão Municipal de Emprego de Jales tem voltado os seus trabalhos para melhorar o atendimento e o acompanhamento do Programa de Geração de Emprego e Renda (Proger). O resultado é uma metodologia de análise dos projetos, que conta com três itens: abrangência social (número de vagas a serem criadas), viabilidade econômica (condições técnicas) e possibilidade de financiamento (garantias para o banco). O interessante é que a análise não se restringe à fase pré-financiamento. A Comissão tem por norma acompanhar o andamento do Proger nas empresas beneficiadas, fazendo relatórios e um registro fotográfico. Visando baratear os custos operacionais, a COM-EMPREGO conseguiu, recentemente, estabelecer uma parceria com a Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Jales. O objetivo é que a Empresa Júnior, formada pelos alunos do quarto ano da Faculdade, faça as análises técnicas dos projetos. Ao todo já foram liberados R\$ 600.000,00 para o município, sendo R\$ 130.000,00 para a Cooperjales, resultando em 35 novos empregos.

Presidente Venceslau

A Comissão de Presidente Venceslau vem obtendo importantes resultados com o seu trabalho. Três iniciativas merecem destaque. São elas:

• Oficinas de costura

Em parceria com o Sebrae e a Associação Comercial da cidade, a COM-EMPREGO deu suporte a 12 oficinas de costura, que conseguiram unir forças para captar clientes e redimensionar os negócios. Ocupando um barracão cedido temporariamente pela prefeitura, essas oficinas fecharam contratos coletivamente, aumentando a produção e o faturamento. O objetivo é criar um fundo comum para, em 12 etapas, construir espaços definitivos para abrigar as oficinas associadas.

Esse setor já chegou a empregar mil pessoas em Presidente Venceslau; o esforço que se faz hoje é para manter os 500 postos de trabalho que têm resistido à crise nacional. (Ver matéria na pág. 7: A Câmara do Setor Têxtil)

• Artesanato

Na primeira reunião convocada pela COM-EMPREGO para discutir perspectivas de negócios, 70 artesãos estiveram presentes. A decisão tomada foi a de participar do grupo que está construindo o novo distrito comercial industrial de Presidente Venceslau. Esse grupo, criado com o incentivo da Comissão, conta com o apoio da Associação Comercial e Industrial. Nesse novo distrito será reservado um espaço para a comercialização do artesanato produzido no município.

• Produção rural

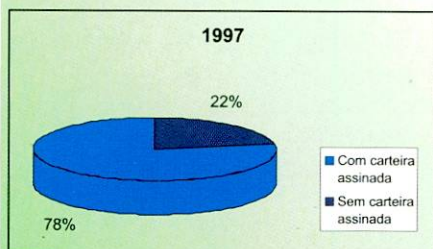
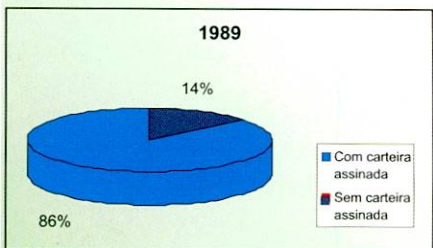
Um dos objetivos buscados pela COM-EMPREGO é melhorar a renda do homem do campo. Em parceria com a Associação dos Produtores Rurais, a COM-EMPREGO organizou um grupo de apoio, formado por especialistas de diversas áreas, para dar suporte ao pequeno produtor rural. Já foram realizados debates, por exemplo, com veterinários e especialistas na área de citricultura.

Informações PED

Além do aumento da taxa de desemprego no mês de outubro, a Pesquisa de Emprego e Desemprego da Fundação Seade e do Dieese continuou revelando também a precarização do emprego na Grande São Paulo. Analisando a ocupação do mês de outubro, nos anos de 1989 e 1997, observa-se que o total dos assalariados do setor privado sem carteira assinada passou de 571.000 trabalhadores para 860.000, correspondendo a um crescimento de 51%. Quanto aos assalariados com carteira assinada, houve uma queda significativa de 15%, passando de 3.576.000 em 89 para os atuais 3.050.000 trabalhadores em 97.

Paralelamente a isso, houve uma expansão no total de autônomos que passou de 984.000 em 89 para 1.438.000 em 97. Parte desse crescimento de 46% reflete também a precarização das relações de trabalho. A magnitude desses números nos dá idéia da dimensão das mudanças que estão ocorrendo nos últimos anos no mercado de trabalho local.

Assalariados do Setor Privado



Fonte: SEP. Convênio Seade/Dieese.

Fala a CETE

Entrevista com Pegado

No dia 25 de novembro o presidente da CETE-SP, Francisco Canindé Pegado, falou com *Pleno Emprego* sobre as propostas de combate ao desemprego discutidas na Comissão Estadual. Segundo Pegado, foram aprovadas e encaminhadas “alternativas para amenizar o impacto das medidas econômicas” tomadas pelo governo federal. Leia, a seguir, os principais pontos dessa entrevista:



Canindé Pegado - presidente da CETE

As propostas

“São cinco propostas. Duas ao Codefat, sugeridas pelo secretário Walter Barelli, duas ao governo estadual, e outra ao Ministério do Trabalho. Para o Codefat, estamos sugerindo um estudo sobre a ampliação, em caráter emergencial e por tempo determinado, das parcelas de seguro-desemprego. Ainda para o Codefat, a sugestão é disponibilizar recursos para qualificar e requalificar trabalhadores de empresas que se comprometam a não demitir neste momento.

Para o governador Mário Covas, a CETE está solicitando a implementação do Programa de Crédito Produtivo Popular, o Banco do Povo, e a articulação entre as Câmaras Paulistas de Desenvolvimento para uma ação conjunta de combate ao desemprego.

Por fim, a CETE está sugerindo ao ministro do Trabalho, Paulo Paiva, a convocação do Conselho Nacional do Trabalho, que é composto por 18 membros, sendo seis ministros, seis representantes empresariais e seis representantes das centrais sindicais (CUT, CGT, FS). O objetivo é estabelecer um

Fórum Nacional para discutir a eliminação definitiva do trabalho infantil e medidas de apoio e fortalecimento para micro e pequenas empresas.”

A crise

“A expectativa é que haja uma repercussão das últimas medidas econômicas no mercado de trabalho. Os analistas, independentemente de partido, dizem que a alta dos juros, hoje, era necessária. A crise está no mercado financeiro e ainda não se espalhou para a economia real. Alguns fatores conjunturais indicam que o impacto das medidas sobre o mercado de trabalho pode ser amenizado com a injeção de dinheiro na economia do País via 13 salários.

Mas o clima de expectativa permanece. A população parece já ter reagido bem, deixando de comprar a crédito. É preciso destacar também a maturidade do empresariado paulista, que vem adotando medidas como a redução de horas extras, a redução da jornada de trabalho e as férias coletivas, ao invés de optar pela demissão. Essa situação, no entanto, é possível de ser sustentada por alguns meses, apenas.”

Poupatempo: rapidez e qualidade nos serviços públicos

O governo do Estado lançou em outubro passado o Poupatempo, um centro com 274 serviços, informações e orientações à população. São 18 órgãos públicos estaduais com postos de atendimento em um mesmo lugar.

A SERT está trabalhando com 11 serviços em seu posto no Poupatempo, entre os quais a emissão de carteira de trabalho, a

liberação do seguro-desemprego e a intermediação de mão-de-obra, com o cadastramento do candidato e a oferta de vagas.

O Poupatempo Centro/São Paulo funciona na Praça do Carmo, ao lado da Estação Sé do Metrô, e atende seis a sete mil pessoas por dia. O Estado prevê a implantação de mais quatro postos Poupatempo até o final de 1998.

SERT/Unitrabalho: alunos aprovam cursos de qualificação profissional

A Unitrabalho, a pedido da SERT, realizou uma pesquisa com alunos egressos de cursos de qualificação e requalificação profissional, ocorridos em 1996 e promovidos pela Secretaria, em parceria com diversas entidades.

O resultado foi bastante positivo. A pesquisa foi feita por amostragem e englobou cursos realizados em diversos pontos do Estado de São Paulo. Os resultados indicam que 87% dos egressos oriundos dos

cursos se mantiveram empregados, além de 7% que conseguiram empregar-se durante este período. Também segundo a pesquisa, mais de 60% dos egressos acreditam que os cursos realizados tenham aumentado as chances de empregabilidade e melhoria nas condições de emprego.

A Unitrabalho é uma entidade que reúne oito universidades com o objetivo de impulsionar os estudos no campo do mundo do trabalho.

Indústria têxtil e de vestuário busca saída para a crise

Um seminário realizado em Americana, no dia 12 de novembro, discutiu os desafios e as alternativas de ação da Câmara Paulista de Desenvolvimento do Setor Têxtil e Vestuário. Quatro grandes temas orientaram os debates: BNDES e financiamento; qualificação profissional; comércio exterior e atualidades da pesquisa e desenvolvimento tecnológico no setor. O seminário começou a ser preparado nos grupos temáticos que funcionaram desde o início da constituição da Câmara Têxtil. Todas as propostas aprovadas foram de comum acordo entre os participantes. Entre elas destaca-se o incentivo à parceria com as COM-EMPREGO para as atividades de formação profissional.



Aos municípios mais prejudicados com a crise do setor, a orientação é gerar novas oportunidades de trabalho por meio de programas de desenvolvimento

de incubadoras de micro e pequenas empresas. A Câmara do Setor Têxtil e Vestuário foi instalada em março de 1997 com representantes dos empresários, dos trabalhadores, do governo e de agências de formação profissional e de pesquisa. Esse setor é um dos que mais

sofreu com a abertura do mercado à concorrência internacional. No Estado de São Paulo, o número de empresas têxteis foi reduzida em 29,2%, contra 22,6% da média nacional, entre 1989 e 1994. Só na região de Americana essa redução foi estimada em 58%.

de Dica Leitura

Desenvolvimento econômico local: temas e abordagens

O livro é uma coletânea de seis artigos de pesquisadores do projeto Desenvolvimento Econômico Local, fruto de uma parceria de prefeituras do Rio de Janeiro e diversos centros de pesquisa. São abordados temas como o papel dos municípios no desenvolvimento econômico e nos programas de geração de emprego, trabalho e renda; e a promoção das pequenas e médias empresas. Além disso, o livro também analisa dados e indicadores sociais e econômicos voltados para os municípios.



Seminários estaduais estimulam atividade das COM-EMPREGO

Ribeirão Preto e São José do Rio Preto envolveram, respectivamente, 35 e 51 cidades em seus seminários regionais sobre as COM-EMPREGO



Seminário Regional de São José do Rio Preto

Ao todo 129 cidades já participaram dos Seminários Regionais sobre o trabalho das COM-EMPREGO. Ribeirão Preto contou com a presença de 100 pessoas e São José do Rio Preto de mais outras 140. Os seminários têm contado com a presença e a participação das três bancadas.

Em Ribeirão Preto, o encontro aconteceu no dia 17 de novembro. Além da troca de experiências entre as COM-EMPREGO da região, o professor e técnico da Fundação Seade, Sérgio Caiado, falou sobre a importância do interior no desenvolvimento do Estado de São Paulo e sobre o mercado de trabalho, as atividades produtivas desenvolvidas, e o potencial econômico da região administrativa de Ribeirão Preto.

O Seminário de São José do Rio Preto foi realizado dez dias depois, em 27 de novembro. O debatedor convidado foi o professor da Faculdade de Administração pública da Unesp,

Orlando José Bolsoni. Segundo o professor, os municípios vivem hoje uma nova fase, onde os esforços não estão mais voltados para obras de infra-estrutura ou para atrair investimentos externos. O desafio do momento estaria no estabelecimento de uma política de geração de emprego e renda que consiga garantir vida digna para a maioria da população. Daí a importância de iniciativas como as COM-EMPREGO. Além de proporcionar momentos de reflexão e debate sobre a situação política e social da região, os seminários têm sido importante espaço para troca de experiências entre as Comissões Municipais.

Reuniões técnicas

O projeto Emprego e Renda, além dos seminários regionais e da elaboração de material de apoio às atividades das COM-EMPREGO, tem realizado uma série de reuniões nas próprias cidades, acompanhadas sempre por um dupla de técnicos do programa. A meta é atingir 84 cidades. Até agora, 90% das reuniões já foram realizadas. A partir de janeiro inicia-se a segunda fase, quando então será feito um acompanhamento da elaboração do Plano de Trabalho de cada COM-EMPREGO.



Seminário Regional de Ribeirão Preto

Envie suas críticas e sugestões para o Pleno Emprego

Secretaria Executiva da Comissão Estadual de Emprego de São Paulo - CETE-SP
A/C Thais Fatyga
Av. Prestes Maia, 913 - 4º andar - sala 44 - São Paulo - SP - CEP 01031-001
Tel.: (011) 230-1090 - Fax.: (011) 230-1134

Região Metropolitana, Planejamento Metropolitano e Municipalização

ROBERTO BRAGA

O termo *Metrópole* há muito perdeu seu significado original, derivado do grego, que é o de *cidade mãe, cidade dominante*. Modernamente, a palavra *Metrópole*, mais do que designar uma cidade que domina outras demais, refere-se à Região Metropolitana, um grande centro urbano constituído por várias unidades político-administrativas (municípios) autônomas, mas imbricadas numa só realidade econômica, social e ambiental.

O problema metropolitano é, antes de tudo, um problema de gestão, de planejamento. Ao se criar uma Região Metropolitana, muito mais do que apenas reconhecer um importante fenômeno geográfico e social, está se propondo criar condições institucionais para a gestão e resolução dos problemas urbanos decorrentes do processo de metropolização.

Iniciaremos nossas considerações tecendo alguns comentários acerca da experiência da Grande São Paulo, o grande paradigma metropolitano brasileiro. A Região Metropolitana da Grande São Paulo foi institucionalizada em 1973 pela Lei Complementar nº 14, com o objetivo de executar funções e serviços públicos de interesse comum aos municípios integrantes. Quais sejam: o planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social; saneamento básico; uso do solo metropolitano; transportes e sistema viário; produção e distribuição de gás canalizado; aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental. Passados 24 anos, podemos observar que pouco desses objetivos foi alcançado. Foi criado um órgão de planejamento metropolitano, a EMPLASA, cuja maioria dos planos jamais saiu do papel, o saneamento básico até hoje espera uma solução integrada para os seus problemas, o sistema de transportes ainda padece pela falta do propalado *anel viário metropolitano* e mesmo o transporte coletivo ainda é gerido isoladamente por cada município, sem uma integração de fato. O pouco que se fez na questão ambiental, em termos metropolitanos, resume-se à polêmica lei de proteção aos mananciais e, no tocante ao uso de solo metropolitano, normatizou-se o zoneamento industrial (Lei 3811/83).

Podemos afirmar, sem receio de parecermos demasiadamente pessimistas, que o modelo de gestão regional metropolitana da Grande São Paulo foi um grande fracasso. Das possíveis causas, salientaremos um ponto fundamental. A falta de autonomia do planejamento metropolitano para a integração, de fato, das políticas públicas metropolitanas. Cada município, cada órgão público, continuou elaborando e executando isoladamente suas políticas. Faltou uma autoridade

metropolitana, com autonomia administrativa, política e, principalmente, financeira. Não defendemos, com isso, qualquer tipo de centralismo ou autoritarismo, apenas consideramos que uma política metropolitana só pode ser executada por uma autoridade metropolitana, assim como as políticas municipais e estaduais só podem ser implementadas pelas respectivas autoridades municipais e estaduais. Fora disso, criar ou não criar uma Região Metropolitana nos moldes acima propostos (que implicaria quase que na criação de uma esfera intermediária de poder entre o Estado e o município) necessitaria de mudanças constitucionais politicamente inviáveis. O município, após a Constituição de 1988, ganhou uma maior autonomia política (foi elevado à categoria de membro autônomo da Federação) e teve ampliadas suas competências administrativas. A municipalização é hoje um processo inexorável. Poder-se-ia até supor que se, antes, com um Estado mais centralizado, não se conseguiu implementar um modelo adequado de gestão metropolitana, no contexto mais descentralizado da municipalização isso seria impossível. Pois bem, na verdade, consideramos justamente o oposto. A autonomia municipal, antes de ser um entrave ao planejamento municipal, deve ser transformada em seu fator de sucesso. A gestão pública democrática deve vir de baixo para cima e não de cima para baixo. A autoridade metropolitana, fundamental para a implementação de uma política metropolitana, deve derivar, fundamentalmente, da autoridade municipal metropolitana.

A articulação dos municípios, através dos consórcios intermunicipais, tem um papel fundamental no processo de gestão metropolitana, e deve ser incentivada. No entanto, esse tipo de mecanismo, embora eficaz, tem seu alcance restrito às questões setoriais e, mesmo que tenhamos um consórcio intermunicipal para cada problema metropolitano, o todo é muito maior do que a simples soma das partes. A *metrópole* deve ser pensada e gerida como uma totalidade, como um sistema. O processo de metropolização é uma realidade geográfica, econômica e social concreta, que gera demandas que não podem ser satisfeitas apenas setorialmente ou localmente. O desenvolvimento de uma Região Metropolitana depende fundamentalmente da capacidade de seus municípios se assumirem como municípios metropolitanos e como sujeitos do processo de planejamento metropolitano.

Roberto Braga é doutor em Geografia Humana, professor do Departamento de Planejamento da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP / Campus Presidente Prudente e Consultor da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Região Metropolitana, Planejamento Metropolitano e Municipalização

ROBERTO BRAGA

O termo *Metrópole* há muito perdeu seu significado original, derivado do grego, que é o de *cidade mãe, cidade dominante*. Modernamente, a palavra *Metrópole*, mais do que designar uma cidade que domina outras demais, refere-se à Região Metropolitana, um grande centro urbano constituído por várias unidades político-administrativas (municípios) autônomas, mas imbricadas numa só realidade econômica, social e ambiental.

O problema metropolitano é, antes de tudo, um problema de gestão, de planejamento. Ao se criar uma Região Metropolitana, muito mais do que apenas reconhecer um importante fenômeno geográfico e social, está se propondo criar condições institucionais para a gestão e resolução dos problemas urbanos decorrentes do processo de metropolização.

Iniciaremos nossas considerações tecendo alguns comentários acerca da experiência da Grande São Paulo, o grande paradigma metropolitano brasileiro. A Região Metropolitana da Grande São Paulo foi institucionalizada em 1973 pela Lei Complementar nº 14, com o objetivo de executar funções e serviços públicos de interesse comum aos municípios integrantes. Quais sejam: o planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social; saneamento básico; uso do solo metropolitano; transportes e sistema viário; produção e distribuição de gás canalizado; aproveitamento dos recursos hídricos e controle da poluição ambiental. Passados 24 anos, podemos observar que pouco desses objetivos foi alcançado. Foi criado um órgão de planejamento metropolitano, a EMPLASA, cuja maioria dos planos jamais saiu do papel, o saneamento básico até hoje espera uma solução integrada para os seus problemas, o sistema de transportes ainda padece pela falta do propalado *anel viário metropolitano* e mesmo o transporte coletivo ainda é gerido isoladamente por cada município, sem uma integração de fato. O pouco que se fez na questão ambiental, em termos metropolitanos, resume-se à polêmica lei de proteção aos mananciais e, no tocante ao uso de solo metropolitano, normatizou-se o zoneamento industrial (Lei 3811/83).

Podemos afirmar, sem receio de parecermos demasiadamente pessimistas, que o modelo de gestão regional metropolitana da Grande São Paulo foi um grande fracasso. Das possíveis causas, salientaremos um ponto fundamental. A falta de autonomia do planejamento metropolitano para a integração, de fato, das políticas públicas metropolitanas. Cada município, cada órgão público, continuou elaborando e executando isoladamente suas políticas. Faltou uma autoridade

metropolitana, com autonomia administrativa, política e, principalmente, financeira. Não defendemos, com isso, qualquer tipo de centralismo ou autoritarismo, apenas consideramos que uma política metropolitana só pode ser executada por uma autoridade metropolitana, assim como as políticas municipais e estaduais só podem ser implementadas pelas respectivas autoridades municipais e estaduais. Fora disso, criar ou não criar uma Região Metropolitana nos moldes acima propostos (que implicaria quase que na criação de uma esfera intermediária de poder entre o Estado e o município) necessitaria de mudanças constitucionais politicamente inviáveis. O município, após a Constituição de 1988, ganhou uma maior autonomia política (foi elevado à categoria de membro autônomo da Federação) e teve ampliadas suas competências administrativas. A municipalização é hoje um processo inexorável. Poder-se-ia até supor que se, antes, com um Estado mais centralizado, não se conseguiu implementar um modelo adequado de gestão metropolitana, no contexto mais descentralizado da municipalização isso seria impossível. Pois bem, na verdade, consideramos justamente o oposto. A autonomia municipal, antes de ser um entrave ao planejamento municipal, deve ser transformada em seu fator de sucesso. A gestão pública democrática deve vir de baixo para cima e não de cima para baixo. A autoridade metropolitana, fundamental para a implementação de uma política metropolitana, deve derivar, fundamentalmente, da autoridade municipal metropolitana.

A articulação dos municípios, através dos consórcios intermunicipais, tem um papel fundamental no processo de gestão metropolitana, e deve ser incentivada. No entanto, esse tipo de mecanismo, embora eficaz, tem seu alcance restrito às questões setoriais e, mesmo que tenhamos um consórcio intermunicipal para cada problema metropolitano, o todo é muito maior do que a simples soma das partes. A *metrópole* deve ser pensada e gerida como uma totalidade, como um sistema. O processo de metropolização é uma realidade geográfica, econômica e social concreta, que gera demandas que não podem ser satisfeitas apenas setorialmente ou localmente. O desenvolvimento de uma Região Metropolitana depende fundamentalmente da capacidade de seus municípios se assumirem como municípios metropolitanos e como sujeitos do processo de planejamento metropolitano.

Roberto Braga é doutor em Geografia Humana, professor do Departamento de Planejamento da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP / Campus Presidente Prudente e Consultor da Secretaria de Estado do Meio Ambiente.

Breve histórico do Município de Holambra.

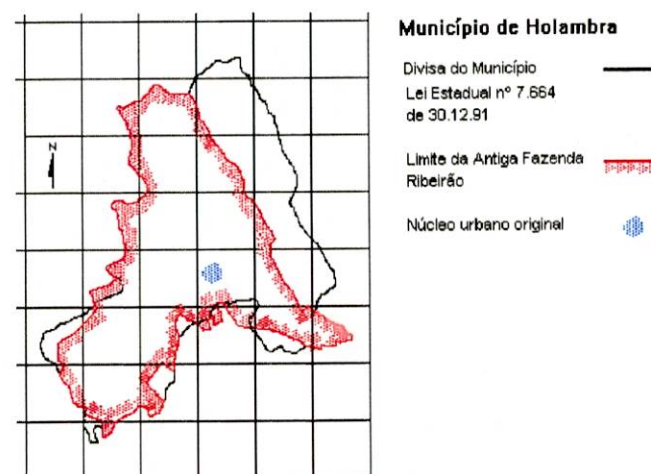
Após a 2ª Guerra Mundial, os problemas sócio-econômicos em todos os países europeus, e entre eles a Holanda, fez com que a imigração se tornasse uma opção para resolver essas dificuldades, através da auto iniciativa e/ou incentivo do governo, via organizações, em busca de novos horizontes.

A Organização dos Lavradores e Horticultores Católicos de Holanda (Katholieke Nederlandse Boer en Tuinders Bond K.N.B.T.B.), foi quem iniciou o estudo para fixação de um núcleo de colonização coletiva. A comissão de estudos era composta por 3 membros, que pesquisavam as possibilidades oferecidas pelo Brasil, pois este era um dos únicos países que aceitava a imigração coletiva, sendo esta uma das metas da comissão.

Após análise dos dois governos, Brasil e Holanda, firmaram acordo e iniciou a entrada no Brasil de imigrantes Holandeses em grupo.

A Cooperativa Agropecuária Holambra foi criada em 1.948, quando o 1º grupo de agricultores holandeses desembarcou no Brasil, instalando-se na Fazenda Ribeirão, encravada entre os Municípios de Jaguariúna, Santo Antônio de Posse, Artur Nogueira e Cosmópolis e ali começaram a desenvolver as mesmas atividades que praticavam na Holanda. A 1ª tentativa foi com o gado leiteiro holandês, que não se adaptou ao clima muito quente, nem às doenças tropicais que os açoitavam. Os

imigrantes partiram então para a lavoura, deu certo. A partir daí com empréstimos dos governos holandês e brasileiro, eles passaram a incrementar seus lotes para o plantio de diversas culturas e para criação de animais já aclimatados, como porcos e galinhas. Criou-se o Plano dos 20 Hectares, que dividia os 5.000 hectares da Fazenda Ribeirão em lotes para os imigrantes, desde que eles desenvolvessem qualquer atividade produtiva. A Cooperativa nasceu daí e hoje possui em torno de 400 cooperados, entre holandeses e brasileiros, concentrados na região de Holambra, mas encontrados também em algumas cidades de outras regiões de São Paulo e até de outros Estados.



O nome Holambra, nasceu da junção das iniciais HOLanda-AMérica-BRASil, união de dois povos, duas culturas, sob a égide da valorização social, cultural, e econômica do homem do campo e no campo.

O passado de Holambra foi pontilhado de dificuldades, mas o espírito idealizador dos holandeses unidos aos brasileiros começou a construir o 1º núcleo de vida social, econômica e política, sempre baseados em idéias cooperativistas.

Em março de 1.982, foi criada a Comissão para Assuntos Urbanos, que tinha como finalidade inicial, auxiliar o Conselho da Comunidade nas questões de interesse da mesma, ou seja, em resolver os problemas cotidianos de recursos e serviços, tais como: posto policial; elevar a região a Distrito; resolver problemas de educação e ensino; incrementar os serviços básicos da urbanização, tais como placas de sinalização, abrigos para passageiros, água, etc.; ser um órgão de comunicação e ligação com os órgãos públicos nas estancias governamentais municipais, estadual e federal; apresentação de candidatos a cargos públicos, representantes da comunidade.

Com o tempo, esta comissão foi tomando força e passou a se chamar Comissão Pró-Emancipação de Holambra, tendo como finalidade trabalhar na resolução dos diversos problemas que afligiam a população, sendo um deles tornar a Fazenda Ribeirão, um município que possuísse uma administração política independente, revertendo os impostos à comunidade moradora do município e, possibilitando maiores recursos e infra-estrutura ao local.

Holambra iniciou-se politicamente em 1.983, com a vitória de seu 1º representante no Legislativo de Artur Nogueira, que consultou os órgãos competentes para saber quais seriam as diretrizes num processo de Emancipação Política. Os primeiros passos fundamentais para o processo seriam, a regularização do loteamento central, a coleta de lixo, posto médico, etc., o que foi conseguido através do nosso representante. Ao mesmo tempo, um outro grupo apolítico, deu início a um trabalho de Emancipação em paralelo. Em 1.988, deu-se maior abertura com a vitória de 4 representantes de Holambra nos Legislativos de Artur Nogueira e Jaguariúna, chegando também nessa época à Assembléia Legislativa, o processo de Emancipação, onde a Comissão de Assuntos Municipais, concluiu que a melhor opção seria formar um grupo eleito pela população para assim ter representatividade legal e jurídica.

Essa comissão deu sequência aos trabalhos com o objetivo de consumir a Emancipação Política, até que, baseado na Lei Estadual Complementar nº 651, de 30/06/90, que dispõe sobre a "Criação, Fusão, Incorporação e Desmembramento de Municípios", em estando a Fazenda Ribeirão enquadrada nos critérios dispostos na referida Lei, foi realizado um Plebiscito em 27/10/91, onde 98% da população local aceitou a emancipação, glorificando todo o trabalho dessa equipe.

Assim, em 30/12/91, foi sancionada Lei nº 7.664 que dispõe sobre "Alterações no Quadro Territorial-Administrativo do Estado de São Paulo", decretando a criação do Município de Holambra.

Em continuidade ao processo, realizou-se em 03/10/93 a primeira eleição para escolha dos representantes legais do Município, elegendo nove Vereadores para a Câmara Municipal e O Prefeito e o Vice, encarregados do Poder Executivo.

No dia 1º/01/93, com a instalação da Câmara Municipal e posse do Prefeito, Vice e Vereadores, instalou-se definitivamente o Município de Holambra.

Desmembrado de quatro Municípios “mães”: Artur Nogueira, Santo Antonio de Posse, Cosmópolis e Jaguariúna, Holambra conta com uma população predominantemente rural (59%), sendo a população total estimada em 10.000 habitantes, onde a renda per capita anual é aproximadamente em US\$ 4.500/hab.

Sua economia agropecuária produz, através do sistema de cooperativismo, cítricos, holericultura, plantas exóticas, flores (exportadas para vários países), como também produtos derivados de suínos, granjeiros, laticínios e outros, oriundos de 350 pequenos produtores, a maioria cooperados, em propriedades de 20 ha em média.

Holambra está situada na Região Oeste e Administrativa de Campinas, sendo servida pelas rodovias SP 107, que liga Santo Antônio de Posse à Artur Nogueira, e a SP 340, sendo seu principal acesso através do entroncamento dessas rodovias. Dista 150 km da capital, 45 km de Campinas e 12 Km de Artur Nogueira.

ASSESSORIA POLITICA DEP. ELZA TANK

**ESCRITORIO
DEP. ELZA TANK****Fax**

De: ESCRITORIO POLITICO

Para: PETROS B. WEEL

Fax: 6201487

Páginas: 5 PAGINAS

Fone:

Data: 23 DE DEZEMBRO

Ref: PESQUISA ELEITORAL

CC:

☒ Urgente ☐ P/ revisão ☐ Favor comentar ☐ Favor responder ☐ Favor

reciclar

♦ **Comentários.** ENCAMINHAMOS ABAIXO DADOS SOBRE RECENTE PESQUISA REALIZADA PELO JORNAL GAZETA DE LIMEIRA PARA SEU CONHECIMENTO E APRECIACÃO

ASSESSORIA DA DEPUTADA ELZA TANK

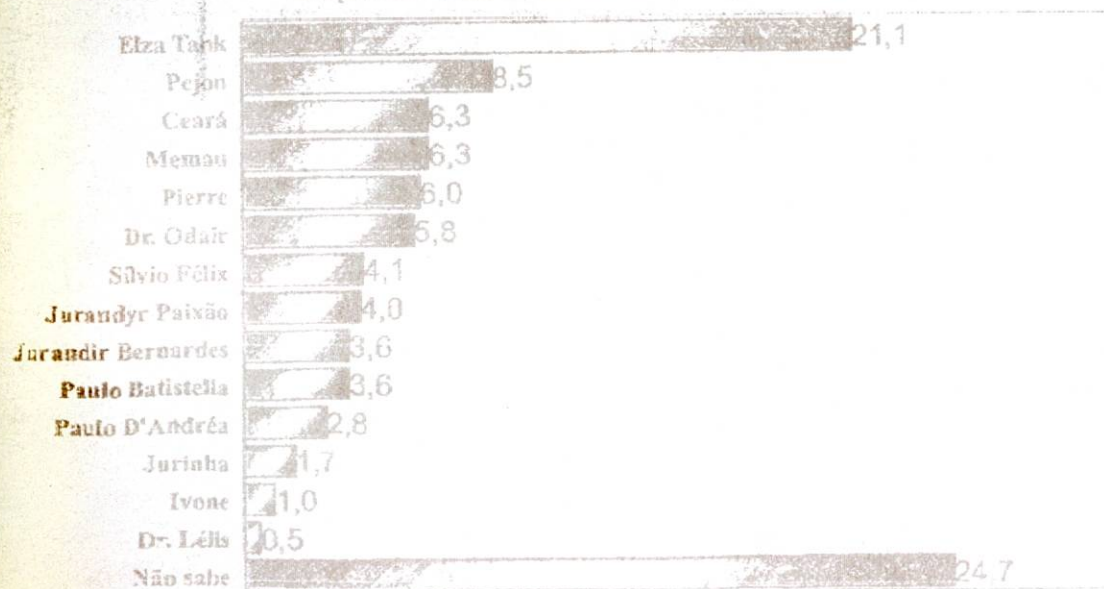
ELEIÇÕES/98

Elza Tank lidera pesquisa eleitor

Governo Pedrinho Kuhl também foi avaliado: índice de aprovação mantém-se elev

Em qual destes candidatos você votaria para deputado estadual, se as eleições fossem hoje?

Resposta única e estimulada, em percentual



Fonte: Limite Consultoria Estatística - Dezembro / 97 - Margem de Erro: 4%

Pesquisa Gazeta/Limite Consultoria, realizada entre os dias 13 e 16 de dezembro, foi dirigida para a avaliação do quadro político em Limeira. Nela foram contabilizadas intenções de voto para a próxima disputa eleitoral, nos cargos de deputados estadual e federal, presidente e governador do Estado, incluindo-se também a avaliação do Governo Pedrinho Kuhl, prestes a completar um ano de atividade.

Segundo o coordenador da Pesquisa, Carlos Rodrigo Formigari, o levantamento destacou os seguintes pontos: Pedrinho Kuhl é amplamente apoiado pela população limeirense. Sua atuação obteve 75% da aprovação da população contra apenas 3% que a reprovam. Outro dado: a deputada Elza Tank é a mais forte

candidata nas próximas eleições para deputado. Se estas ocorressem hoje, ela teria cerca de 30 mil votos para a cadeira estadual. "A força de Elza é tamanha, que ela é mais indicada também para deputado federal por Limeira", disse Formigari.

Embora distantes em termos percentuais, outros nomes fortes para disputa são: Pejon, Memau, Ceará, Dr. Odair, Pierre e Silvio Félix.

METODOLOGIA

Para a realização da pesquisa, estipulou-se uma amostragem por conglomerado e estratificado, ou seja, município de Limeira foi dividido em seis áreas, e para cada estrato foi realizado um sorteio aleatório, proporcional de quartei-

rões onde foram realizadas entrevistas em domicílios. Foi realizada apenas uma entrevista em cada domicílio. Foram 603 eleitores de Limeira que identificaram os nomes e preencheram o quadro de candidaturas selecionados os 14% dos pela população.

GOVERNADOR SAIA

A Gazeta publica neste domingo, os quadros comparativos do Governo Pedrinho Kuhl, o desempenho da Assembleia Legislativa estadual e federal, a situação da administração municipal, a pesquisa de opinião pública, a pesquisa de opinião pública para o Governo do Estado, a pesquisa de opinião pública para a Presidência da República, a página 20 os outros quadros de avaliação.

Estação mais quente do ano começa hoje

• Página

Deputado Estadual

Possível Candidato	Sexo						Geral
	Homens			Mulheres			
	16-25	25-45	45 ou +	16-25	25-45	45 ou +	
Elza Tank	14%	9%	13%	33%	25%	25%	21,1%
Pejon	5%	9%	2%	13%	10%	9%	8,5%
Ceará	12%	13%	6%	4%	4%	4%	6,3%
Memau	2%	9%	9%	1%	6%	7%	6,3%
Pierre	5%	10%	16%	1%	4%	4%	6,0%
Dr. Odair	5%	4%	3%	4%	6%	10%	5,8%
Outros	38%	23%	23%	26%	20%	11%	21,3%
Não sabe	19%	23%	28%	18%	25%	30%	24,7%

Possível Candidato	Area					
	1	2	3	4	5	6
Elza Tank	18%	28%	12%	21%	12%	29%
Pejon	8%	6%	13%	9%	10%	8%
Ceará	3%	8%	1%	9%	3%	10%
Memau	3%	4%	11%	8%	11%	1%
Pierre	5%	6%	3%	4%	14%	2%
Dr. Odair	3%	8%	1%	4%	4%	10%
Outros	29%	19%	23%	16%	26%	20%
Não sabe	31%	21%	36%	29%	20%	20%

Possível Candidato	Nível de Instrução			
	1º Grau Incompleto	1º Grau Completo	2º Grau Completo	Superior Completo
Elza Tank	25%	19%	11%	17%
Pejon	7%	11%	11%	6%
Ceará	8%	6%	5%	-
Memau	5%	5%	8%	17%
Pierre	5%	4%	8%	17%
Dr. Odair	8%	4%	2%	5%
Outros	18%	28%	22%	23%
Não sabe	24%	23%	33%	17%

LUÍS NASSIF

O Tribunal de Contas e a CDHU

Está confusa a posição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE) no episódio da suposta compra de terrenos superfaturados pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) de São Paulo.

O TCE ouviu o galo cantar —diferenças expressivas entre o valor dos terrenos adquiridos pelas companhias construtoras e o valor apresentado à CDHU—, mas não consegue explicar quem botou o ovo.

Por outro lado, o presidente da CDHU, Goro Hama, sustenta que o ovo não é dele, pois o que importa é o preço final do conjunto. E os preços seriam os menores já pagos pela CDHU em toda a sua história.

Então, por que o superfaturamento dos preços de terrenos? É nesse sentido que caberia ao TCE sair da crítica formal e entrar nos meandros dessa operação, até para efeito pedagógico, a pautar sua atuação futura e de todos os TCs.

Menor preço

As hipóteses a serem investigadas são da seguinte ordem:

Se a construtora declarou que adquiriu o terreno, por hipótese, por 80 e vendeu por 150, há duas possibilidades: ou o terreno vale de fato 150 e o primeiro preço estava subfaturado; ou o terreno vale 80 e o segundo estava superfaturado. São situações distintas e a resposta para a dúvida está na comparação dos terrenos em questão com outros terrenos da região. O TCE já providenciou esse levantamento?

Se o terreno de fato vale 150, o primeiro vendedor provavelmente recebeu 70 por fora e só declarou 80, para pagar menos imposto. O problema é entre

ele a Receita —e obviamente a construtora, que topou participar de uma fraude fiscal, e a CDHU, que fechou os olhos, porque para ela, segundo seu presidente, só interessa o preço final.

Se o terreno valia 80 e foi declarado por 150, há outras hipóteses a serem investigadas.

No preço final pago estão embutidos: a) o valor do terreno, b) o valor da construção e c) a margem de lucro do construtor. Os ajustes têm que ser feitos entre essas três contas.

Goro Hama, presidente da CDHU, diz que o que importa é o preço final pago —e ele teria sido o menor pago pela CDHU nos últimos anos.

O fato de ter sido o menor preço pago pela CDHU não significa necessariamente que seria o menor preço que a CDHU poderia pagar. Nos últimos anos, além dos casos flagrantes de descontrole nos contratos públicos, tinha-se uma situação de inadimplência generalizada, que fazia com que os fornecedores do Estado cobrassem sobrepreço para compensar o risco de atraso. Portanto, a comparação adequada não é o preço atual versus os preços passados, mas a análise intrínseca do preço pago por cada projeto em si e da margem de lucro do construtor.

Hipóteses

As hipóteses a serem analisadas são da seguinte ordem:

Hipótese 1 - O preço a mais, colocado na conta terreno, foi compensado por um preço a menos colocado na conta construção.

Para saber se a hipótese é correta, basta comparar os custos de construção com os custos de mercado. Se a hipóte-

se é correta, ocorreu um mero ajuste contábil, para justificar o por fora pago ao vendedor do terreno. A CDHU tem que ser condenada por fechar os olhos a uma fraude fiscal, mas está absolvida da acusação de superfaturamento.

Se, no entanto, os custos de construção forem compatíveis com o mercado, há duas hipóteses adicionais para a parcela que foi agregada ao valor final do terreno.

Hipótese 2 - O construtor aumentou o preço do terreno para reduzir o seu lucro e pagar menos imposto —um caso típico de fraude fiscal. Novamente, a CDHU fica absolvida da suspeita de superfaturamento, mas não da convivência com a fraude fiscal de seu fornecedor.

Hipótese 3 - O construtor aumentou o preço do terreno para disfarçar o seu lucro.

Aí, entra-se na análise do valor intrínseco de cada contrato. Se o governo do Estado está pagando suas contas em dia, se o construtor não corre riscos de mercado por conta de cada projeto —já que tem a CDHU fazendo proposta firme por sua obra—, a margem de lucro não pode ser elevada. Nada que possa ficar muito além de 5% a 10% do valor do contrato.

O que os técnicos do TCE deveriam fazer —comprovada essa hipótese— é agregar esse a mais do preço do terreno ao lucro e analisar a rentabilidade do empreendimento. Se ficar acima de 10%, é a prova de que, mesmo pagando a menos que seus antecessores, há muito espaço para se reduzir o preço das obras adquiridas pela CDHU.

E-mail: lnassif@uol.com.br

RESPOSTA DEFINITIVA!

(Reprodução de matéria publicada na "Folha de São Paulo", edição de 10/12/97, página 12.)

■ 12 Brasil quarta-feira, 10 de dezembro de 1997

FOLHA DE S. PAULO

S. PAULO Governador defende contratos do Chamamento Empresarial e afirma que preços não estão superfaturados

Covas nega irregularidades na CDHU

da Reportagem Local

Na última quarta-feira, ao ser indagado sobre suspeitas de irregularidades na compra de terrenos pela CDHU (Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano), o governador Mário Covas pediu para que as perguntas fossem enviadas a ele por escrito.

No mesmo dia, a Folha enviou ao governador um questionário com 15 perguntas. Anteontem o governador enviou suas respostas ao questionário. A seguir, a íntegra das respostas de Covas:

★

Folha - O sr. tem pautado seu discurso por críticas a irregularidades que teriam sido cometidas nos governos Quéricia e Fleury e que teriam ficado sem a devida apuração. Por que, agora, quando existem fortes suspeitas sobre práticas da CDHU, o sr. também não determina a apuração enérgica do caso?

Mário Covas - Em primeiro lugar, o meu discurso não tem sido pautado por críticas a irregularidades que teriam sido cometidas nos governos anteriores. Faço-as quando devidamente comprovadas. Em segundo lugar, tudo aquilo que, eventualmente, possa se constituir em indício de irregularidades no meu governo é apurado até o fim. Aliás, vários órgãos do governo foram e estão sendo investigados —sempre com energia— pela Corregedoria do Estado e por au-

ditorias internas e externas, inclusive a CDHU.

Folha - Se o projeto Chamamento Empresarial, da CDHU, é baseado em contratos licitados na gestão Fleury, que o senhor tanto critica, não seria aconselhável um acompanhamento mais cuidadoso do caso?

Covas - Tudo no meu governo, inclusive o que se iniciou em outros governos, tem sido gerido não apenas "cuidadosamente", mas com seriedade e austeridade.

Folha - Escrituras de cartórios de registros de imóveis indicam que 13 contratos de transferência de terrenos de empreiteiras para a CDHU estão supostamente superfaturados. A diferença de preços nesses casos chega a R\$ 3,9 milhões. Um desses terrenos aponta diferença de 1.955% na transferência para a CDHU. Por que o Estado aceita uma transferência desses terrenos nessas condições?

A CDHU alega que não compra terrenos, mas sim um imóvel já pronto. O imóvel comprado pela população, porém, inclui o terreno. Como argumentar, então, que o preço do terreno não afeta o preço final do imóvel?

Covas - Como as duas perguntas se completam, vamos esclarecer em uma única resposta. Não há compra de terreno superfaturado pela CDHU. Isso ficou cabalmente demonstrado ao jornalista Emanuel Neri por técnicos da CDHU. Recentemente, ele próprio mante-

ve uma reunião de cerca de cinco horas com os cinco técnicos na sede da CDHU, quando lhe foram prestadas todas as informações sobre o programa Chamamento Empresarial de construção de conjuntos habitacionais. O interessado fez todas as perguntas que desejou, assim como teve acesso a todos os documentos que solicitou.

Foi exaustivamente explicado pelos técnicos da CDHU (funcionários de carreira e não "amigos" e nem "homens de confiança" do governador —como gosta de se referir o repórter Neri) que o programa Chamamento Empresarial de construção de casas populares foi tecnicamente estruturado de acordo com a lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações), de tal maneira que a CDHU não compra terrenos, mas sim o conjunto habitacional pronto, concluído, com todos os seus itens, como guias, sarjetas, arruamento, terraplenagem, projeto, centro comunitário etc., depois de licitação pública.

Cabe à CDHU estimar o preço global do conjunto e, por consequência, o preço por unidade habitacional. Isso é feito por meio de um detalhado levantamento de mercado elaborado pelo seu corpo técnico, com todos os itens de insumo, aí incluída a gleba do terreno que depois será parcelada em lotes nos quais a unidade será erguida. Esse é o preço-teto de concorrência. É vencedor aquele que, limitado por esse teto, apresentar o

Chamamento Empresarial x Cingapura x Cohab

Apartamentos na cidade de São Paulo

Item	CDHU C.E.		CINGAPURA										COHAB	
	Média	Média	Média	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	L
	Capital	Interior		Jd.Lg.R.Tavares	Real Parque	Guapira	Chaparral	Marg.Tietê	2D - 45,97	Lote 01 F4	Lote 02	Lote 03	Lote 04	Taipas
	2D - 52,42m ²	2D - 52,42m ²		2D - 45,97m ²	3D - 48,97m ²	2D - 45,97m ²	2D - 45,97	2D - 45,97		2ª Etapa	H 4	14	14	2D - 49,40m ²
Terreno	3.188,44	1.315,42		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Projeto	229,89	190,20		Incluso	Incluso	Incluso	-	-	-	-	-	-	-	1.762,01
Terraplenagem	694,22	525,22		3.350,33	11.418,43	4.887,71	-	-	-	-	-	-	-	162,26
Edificação	18.886,99	15.740,66	18.348,70	17.469,06	21.515,65	17.884,60	23.040,00	* 21.000,00	16.004,22	16.081,17	16.150,75	16.004,22	18.337,39	553,36
Centro comunitário	199,23	180,55		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	19.851,10
Infra-estrutura	414,31	257,66		3.934,19	8.869,22	5.069,70	-	-	-	-	-	-	-	-
Drenagem	789,59	564,66		157,40	1.381,40	1.504,13	-	-	-	-	-	-	-	1.940,71
Guias/sarjetas	47,28	62,23		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pavimentação	314,00	183,13		379,77	688,03	715,66	-	-	-	-	-	-	-	-
Paisagismo	0	0		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
														-
Total/UH	24.763,95	19.019,73	27.474,63	25.290,75	43.872,73	30.061,80			24.435,54	22.785,01	23.026,87	24.435,55	25.888,95	24.269,46

* Edificação não inclui fundações

Custo por metro quadrado de construção

Com Terreno	472,41	362,83	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	491,28
Sem Terreno	-	-	612,90	550,15	895,91	653,94	-	-	581,80	542,50	548,36	581,80	548,76	-
Só Item Edificação	360,30	300,27	408,46	380,01	439,36	389,04	501,19	456,81	381,05	382,88	384,61	381,05	388,69	401,84

Redescobrimo o Brasil

Pindorama e os Novos Donos da Terra

Esse foi o tema central da viagem de oito dias feita por alunos da AME ao Estado da Bahia, mais precisamente, a Porto Seguro e Ilhéus, durante o mês de setembro. Muito mais do que viajar a passeio, os alunos foram restituir a memória de uma nação; sua “descoberta”, sua geografia, seu povo nativo, suas riquezas e sua história. A Terra das Palmeiras, ou Pindorama, como a nossa pátria era chamada pelos nativos, foi, dessa vez, alvo do fascínio e da curiosidade de 26 jovens alunos. Foram feitas visitas a museus e monumentos históricos e aos mais diferentes pontos turísticos e culturais de ambas as cidades, seguindo um roteiro de aprendizagem previamente elaborado. As atividades eram precedidas por reuniões matinais onde eram introduzidos os temas de estudo do dia. Munidos da apostila,



Ai estão todos juntos no exato local onde Pedro Álvares Cabral “tomou posse” do Brasil em 1500

elaborada especialmente para a viagem, os alunos aproveitaram o máximo de cada local visitado.

Mas como não só de estudo vive o aluno, momentos de lazer completavam as atividades. Praia, Luau, WaterPark e Casas Noturnas fizeram parte do roteiro de lazer e alegria de nossos jovens viajantes.

O passeio faz parte do projeto “Escola Viva”, do Departamento de Integração Social, que, anualmente, elabora uma

visita a um centro histórico brasileiro.

Segundo a professora de história, Tânia Vilas Boas Janini, a viagem a Porto Seguro representou mais uma oportunidade para contribuir com a produção do conhecimento através da integração do aluno com a cultura do local estudado, fortalecendo, assim, o sentimento solidário entre diferentes formas de vida e de preservação da memória nacional.

AME, 15 anos

Eventos OlimpiAME

Zuluzóides Levam a melhor na V OlimpiAme

Zuluzóides, Equibagulho... o que isso significa? Seriam duas espécies em luta pela sobrevivência em algum habitat estranho? Nada disso. Zuluzóides e Equibagulho são os nomes das duas equipes formadas por alunos que disputaram a V OlimpiAME, durante o mês de outubro.

Zuluzóide enfatiza o racismo presente no Brasil e no mundo. “Zulu” é o nome de uma tribo africana vítima de severo preconceito racial e “Zóide” vem de espermatozóide, que gera vida. Espermatozóide não tem cor, é tudo igual. Assim, o nome Zuluzóides significa vida sem preconceito contra os outros. Equibagulho é formado pela junção de duas palavras: equipe e bagulho (que sugere lixo e drogas). O nome da equipe visa fazer um alerta coletivo em favor da reciclagem e contra o uso de drogas, aspectos que contribuiriam para um

mundo melhor.

A competição, que acontece a cada dois anos, reuniu alunos do 1º grau e pais dinâmicos e esportistas num dos eventos mais esperados e prestigiados da escola. As equipes foram formadas por sorteio e, durante quatro dias, tiveram diversas tarefas para cumprir, além das competições esportivas. Entre elas, uma Gincana de Solicitações, que estimula a pesquisa e a descoberta de particularidades históricas e culturais; a integração com outras crianças que não são alunas da AME e a integração com pais e parentes. As equipes também têm metas sociais a cumprir e esse ano conseguiram arrecadar 6.808 kg de alimentos não perecíveis, encaminhados ao Fundo Social de Solidariedade da cidade.

Como em qualquer competição olímpica,

Lá na AME

teve olimpiame.

Foi difícil de vencer, foi difícil de jogar

Mas o que importa é participar.

O ZULÃO foi um grande campeão,

mas valeu EQUIBAGULHO,

você jogou um

bolão!!!

Poema de Augusto e Paulo
3ª série - 1º grau



OLIMPIAME

o ideal esportivo visa a integração e a competição sadia, mas nem por isso vamos deixar de prestigiar a equipe vencedora. A equipe Zuluzóide fez 131 pontos e foi a grande campeã, seguida, é claro, pela equipe Equibagulho, com 108 pontos.

“Considero muito gratificante trabalhar na AME, pois a escola permite a liberdade de programar meu próprio projeto de educar.”

Professora Maria Angela Ruiz

ESPALHA FATOS

Muito mais do que
"Ler e Escrever",
alfabetizar é formar
um cidadão

Conheçam quem são os
professores do 2º grau p. 3

"Viagens e Esportes"
também são preocupações
da AME p. 4

EXPEDIENTE

Este jornal é uma publicação do **Centro Educacional AME**. Toda sugestão, crítica ou colaboração deve ser entregue para as coordenadoras do projeto, ou enviada para:
Av. Pe. João Vieira Ramalho, 178
Bairro Mirante - Moji Mirim - SP
CEP 13800-000 - Telefone (019) 860.3974

Coordenação:

Aparecida Fioranti, Maria Teresa Del Prete
Panciera e Elisabeth Bueno de Oliveira.

Equipe de Apoio:

Profª Lenita Maria Rímoli Esteves, Tiago
Puggina Barbosa, Bethiza C. Bianchi Silva,
Ana Paula Destri Pavan e Leric de Castro
Garzone

Editor: Thomas Michael Keogh

Jornalista Responsável:

Cristiane Rufeisen Scanavini - MTb 21.336

Redação: Patrícia Kenney

Criação e Produção: PKM Comunicações

Telefone: (019) 242.4240 - Campinas/SP

A AME está Pronta para um Novo Tempo

Em janeiro de 1997, a diretoria da AME concluiu que estava na hora de oferecer à nossa escola, o trabalho de profissionais em organização empresarial para propiciar um ambiente mais fértil às nossas aspirações de qualidade.

Solicitamos, então, a uma empresa de consultoria, que fizesse um diagnóstico e elaborasse um projeto de comunicação e marketing para nossa escola. O trabalho de pesquisa, diagnóstico e definição de estratégias durou seis meses.

Durante esse tempo, conseguimos colocar no papel nossas virtudes e nossos defeitos, ficando mais fácil definir nossa missão, nossos objetivos e nossas metas.

Um dos pontos-chave deste trabalho foi

definirmos as três diretrizes básicas da AME: **RESPONSABILIDADE, DISCIPLINA e PARTICIPAÇÃO.**

Responsabilidade, porque queremos educar e formar cidadãos com forte senso de responsabilidade; Participação, porque queremos que nossos alunos trabalhem sempre com o conceito de equipe, a forma de trabalho exigida, cada vez mais, pelas empresas, e que vai nortear as relações humanas do futuro, e, finalmente, Disciplina, que não poderia deixar de existir num ambiente como o nosso, o elemento que completa o cidadão moderno.

O que diz nossa logomarca

O trabalho desenvolvido pela PKM, empresa de consultoria contratada, foi muito bem sintetizado na nossa nova logomarca, que, a partir deste momento,

passa a ser nossa estrela do norte, nossa bússola orientadora. No logotipo, nossas diretrizes estão muito bem enfatizadas. A Participação está presente na formação da palavra AME, pois sem o A e o E, o

M não existe. Disciplina está presente nas linhas sóbrias e retas das letras e

Responsabilidade foi resolvida através da escolha dos símbolos que completam o



Centro Educacional

logo: o coração para o Pré, o lápis para o 1º Grau e o livro para o 2º Grau. Estes símbolos mostram que a AME está consciente das três etapas do seu trabalho e dos três públicos distintos que compõem nossa escola, cada um com uma necessidade específica. Este veículo de comunicação, nosso jornal, é parte desse trabalho e surgiu para melhorar a comunicação dentro e fora da escola. Afinal, nossa proposta de trabalho é inovadora, mas cria expectativas e interpretações divergentes por falta de uma comunicação eficiente, outro aspecto apontado no diagnóstico. Por isso, aproveitamos para convidá-los para conhecer com mais detalhes o trabalho que realizamos no nosso Centro Educacional, que comemora 15 anos de muita competência, e que, neste momento, deixa a adolescência de seus sonhos para atingir a maioridade de uma instituição.



Volunt
da mesa



Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CÉDULA DE VOTAÇÃO

DATA: 1º DE JANEIRO DE 1997

(1º) ESCRUTÍNIO

PRESIDENTE

() XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

() XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

VICE-PRESIDENTE

() XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

() XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1º SECRETÁRIO

() XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

() XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2º SECRETÁRIO

() XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

() XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

VALTER COSTELLA
Presidente da Sessão Especial

ALT: 201 F
205 =
187 7
186 I
204 F
185 7
200 L
188 J

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

FOLHA DE VOTAÇÃO

ASSUNTO:- REGISTRO DE VOTAÇÃO PARA ELEIÇÃO DA MESA DIRETORA,
PARA O SEGUNDO BIÊNIO 95/96, DA CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA, AOS
CARGOS DE:-

- PRESIDENTE;
- VICE-PRESIDENTE;
- 1º SECRETÁRIO; E
- 2º SECRETÁRIO.

DATA: 14 / 12 /94

HORÁRIO: 20:00 h

VEREADORES	ASSINATURA
ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT	x
ANTONIO DE SOUZA	x
ANTONIO JOSÉ ESPERANÇA	x
APARÍCIO DE ALMEIDA	x
DONIZETE CARVALHO DA SILVA	x
GERALDO THEODORUS MARIA VAN SCHAIK	x
IRAN DAIER BRUNHANI	x
MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS	x
VALTER COSTELLA	x

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente



TERMO DE POSSE DO VICE-PREFEITO

Ao primeiro dia do mês de janeiro do ano de mil novecentos e noventa e sete, em seguida à posse dos Senhores Vereadores e do Senhor Prefeito, nesta cidade de Holambra, na Paróquia do Divino Espírito Santo, situada à Alameda Maurício de Nassau, 688, Centro, em Sessão Solene de Instalação da 2ª Legislatura, que irá de 1º de janeiro de 1997 a 31 de dezembro de 2000, com a presença dos Vereadores: Andreas Adrianus Antonius Graat, Joaquim de Carvalho, José Benedito de Souza, José Marcos de Souza, José Mário da Silva, Marcel Donizeti de Souza Campos, Petrus Bartholomeus Weel, Valter Costella e Wilson Barbosa, em que assumiu a Presidência o Vereador Valter Costella, por ter sido o Vereador mais votado nas eleições municipais, tendo sido designado o Vereador ANDREAS, para Secretariar os trabalhos, compareceu o Senhor Antonio de Souza, Vice-Prefeito eleito e legalmente diplomado, para prestar compromisso e tomar posse no cargo de Vice-Prefeito do Município de Holambra. Após as formalidades regimentais, fez a afirmação solene de bem servir o cargo no qual foi investido, neste momento, prestando em voz alta o seguinte compromisso: **PROMETO MANTER, DEFENDER E CUMPRIR A LEI ORGÂNICA, OBSERVAR AS LEIS DA UNIÃO, DO ESTADO E DO MUNICÍPIO, PROMOVER O BEM GERAL DOS MUNICÍPIOS E EXERCER O CARGO, SOB A INSPIRAÇÃO DA DEMOCRACIA, DA LEGITIMIDADE, DA LEGALIDADE E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA.** A seguir, o Presidente da Sessão declarou legalmente empossado, como Vice-Prefeito do Município de Holambra, o cidadão Antonio de Souza. Para constar, eu Secretário designado, mandei lavrar o presente termo que, depois de lido na Sessão Solene, vai assinado pelo Vice-Prefeito empossado, pelo Presidente da Sessão e pelos Vereadores presentes.

Holambra, ao 1º dia do mês de janeiro de 1997.

Antonio de Souza

Valter Costella

em ordem alfabética (demais Vereadores)

DECLARAÇÃO

Eu, _____,
R.G. _____ - ____ / ____, C.P.F. _____,
eleito Vereador no Município de _____-SP, para o mandato 1997/2000,
em conformidade com o artigo 6º, I, da Resolução nº011 (Regimento Interno
da Câmara Municipal de _____), de 18 de agosto de 1994, e em
observação ao artigo 20 da Lei Orgânica do Município, DECLARO, sob as
penas da lei, que não exerço cargo, emprego ou função pública, não havendo,
portanto, incompatibilidade para o exercício do mandato.

É o que me cumpre declarar, na forma da lei.

, 01 de janeiro de 1997.

REGISTRO DE CANDIDATURA

Eu, WILSON BARBOSA, Vereador da Câmara Municipal de Holambra, Estado de São Paulo, pelo Partido Social Democrático - PSD, devidamente empossado, apresento junto à Mesa, nos termos do que dispõe o Artigo 16, III, do Regimento Interno desta Casa de Leis, o registro de minha candidatura ao cargo de 1º SECRETÁRIO da Mesa Diretora deste Legislativo, para o biênio 1997/1998.

Holambra, 10 de janeiro de 1997.

VEREADOR WILSON BARBOSA

REGISTRO DE CANDIDATURA

Eu, JOSÉ MARCOS DE SOUZA, Vereador da Câmara Municipal de Holambra, Estado de São Paulo, pelo Partido da Frente Liberal - PFL, devidamente empossado, apresento junto à Mesa, nos termos do que dispõe o Artigo 16, III, do Regimento Interno desta Casa de Leis, o registro de minha candidatura ao cargo de 2º SECRETÁRIO da Mesa Diretora deste Legislativo, para o biênio 1997/1998.

Holambra, 19 de janeiro de 1997.

VEREADOR JOSÉ MARCOS DE SOUZA

REGISTRO DE CANDIDATURA

Eu, PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL, Vereador da Câmara Municipal de Holambra, Estado de São Paulo, pelo Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB, devidamente empossado, venho apresentar junto à Mesa, nos termos do que dispõe o Artigo 16, III, do Regimento Interno desta Casa de Leis, o registro de minha candidatura ao cargo de Presidente da Mesa Diretora deste Legislativo, para o biênio 1997/1998.

Holambra, 1º de janeiro de 1997.

VEREADOR PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL



Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Convite

Conforme preceituam os Artigos 25 e 54 da Lei Orgânica de Holambra, a Câmara Municipal fará realizar dia 1º de Janeiro de 1997, quarta-feira, às 10:00 horas, Sessão Solene de instalação da 2ª Legislatura e posse dos eleitos em 3 de outubro de 1996, com missa a realizar-se às 9:00 horas.

Vereadores: Andreas Adrianus Antonius Graat - PMDB
Joaquim de Carvalho - PMDB
José Benedito de Souza - PSDB
José Marcos de Souza - PFL
José Mario da Silva - PFL

Marcel Donizeti de Souza Campos - PSDB
Petrus Bartholomeus Weel - PSDB
Valter Costella - PSD
Wilson Barbosa - PSD

Prefeito: Antonio Marino Brandão de Almeida - PSDB

Vice-Prefeito: Antonio de Souza - PSDB

Ficam Vª. Sª. e Ilma. Família convidadas para o cerimonial que realizar-se-á na Igreja do Divino Espírito Santo, à Alameda Maurício de Nassau, 688, Município de Holambra - SP.

Holambra, dezembro de 1996.



Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

Convite

Conforme preceituam os Artigos 25 e 54 da Lei Orgânica de Holambra, a Câmara Municipal fará realizar dia 1º de Janeiro de 1997, quarta-feira, às 10:00 horas, Sessão Solene de instalação da 2ª Legislatura e posse dos eleitos em 3 de outubro de 1996, com missa a realizar-se às 9:00 horas.

Vereadores: Andreas Adrianus Antonius Graat - PMDB

Joaquim de Carvalho - PMDB

José Benedito de Souza - PSDB

José Marcos de Souza - PFL

José Mario da Silva - PFL

Marcel Donizeti de Souza Campos - PSDB

Petrus Bartholomeus Weel - PSDB

Valter Costella - PSD

Wilson Barbosa - PSD

Prefeito: Antonio Marino Brandão de Almeida - PSDB

Vice-Prefeito: Antonio de Souza - PSDB

Ficam Vª. Sª. e Ilma. Família convidadas para o cerimonial que realizar-se-á na Igreja do Divino Espírito Santo, à Alameda Maurício de Nassau, 688, Município de Holambra - SP.

Holambra, dezembro de 1996.

modelo
fontes
Jensas Solari



Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

					-			
--	--	--	--	--	---	--	--	--

Av. Rota dos Imigrantes, s/nº - Centro - Cx. Postal 113 - Cep 13825-000 - Holambra - SP - Tel.: (019) 860-1487

Holambra, 02 de agosto de 1993.

A CÂMARA MUNICIPAL DE HOLAMBRA, tem a honra de convidar Vossa Senhoria e Ilustríssima Família para a SESSÃO SOLENE DE PROMULGAÇÃO DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE HOLAMBRA, à realizar-se aos vinte dias do mês de agosto de mil, novecentos e noventa e três, às vinte horas, no Auditório do Clube Fazenda Ribeirão, sito à Alameda Maurício de Nassau, sem número, neste Município.

Após a solenidade, será prestada uma homenagem às famílias colonizadoras de Holambra.

Contamos com sua presença.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT

Presidente





Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CONVITE

Conforme preceituam os Artigos 25 e 54 da Lei Orgânica de Holambra, a Câmara Municipal fará realizar dia 1º de janeiro de 1997, quarta-feira, às 10:00 horas, SESSÃO SOLENE de instalação da 2ª Legislatura e posse dos eleitos em 3 de outubro de 1996, com missa a realizar-se às 9:00 horas.

VEREADORES :

ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT - PMDB
JOAQUIM DE CARVALHO - PMDB
JOSÉ BENEDITO DE SOUZA - PSDB
JOSÉ MARCOS DE SOUZA - PFL
JOSÉ MARIO DA SILVA - PFL
MARCEL DONIZETI DE SOUZA CAMPOS - PSDB
PETRUS BARTHOLOMEUS WEEL - PSDB
VALTER COSTELLA - PSD
WILSON BARBOSA - PSD

PREFEITO : ANTONIO MARINO BRANDÃO DE ALMEIDA - PSDB

VICE-PREFEITO: ANTONIO DE SOUZA - PSDB

Ficam V. Sª. e Ilma. Família convidadas para o cerimonial que realizar-se-á na Igreja do Divino Espírito Santo, à Alameda Maurício de Nassau, s/nº, Município de Holambra - SP.

Holambra, dezembro de 1996.

688

VALTER

- 1- FAVOR VERIFICAR SE VAI FAZER CONVITE, E SE ESTE ESTÁ BOM.
- 2- 300 CONVITES COM BRASÃO COLORIDO, E TAMBÉM O ENVELOPE COM BRASÃO COLORIDO.

É PRECISO DECIDIR RÁPIDO SE FOR MANDAR FAZER, FICAM EM R\$ 265,00

PMDB 2 ✓
PSDB 3
PSD 2 ✓
PFL 2 ✓

BRASÃO
COLORIDO

HOLAMBRA
CÂMARA MUNICIPAL DE ~~MOGI-MIRIM~~
ESTADO DE SÃO PAULO

Holambra Conforme preceitua os Artigos *25 e 54* da Lei Orgânica de ~~Mogi-Mirim~~, a Câmara Municipal fará realizar dia 19 de janeiro de 1997, quarta-feira, às *10* horas, SESSÃO SOLENE de instalação da *12ª* Legislatura e posse dos eleitos em 3 de outubro de 1996, *com missa a seguir às 9 horas.*

Vereadores

ABNER DE OLIVEIRA - PT
ADEMAR DE BARROS - PMDB
ALONSO TOMAZ MORENO - PTB
ANTÔNIO CARLOS GUARNIERI - PMDB
ERNANI LUIZ DONATTI GRAGNANELLO - PT
JOÃO ANTÔNIO PIRES GONÇALVES - PTB
LUIZ CARLOS FERNANDES CORTEZ - PFL
MARIA HELENA SCUDELER DE BARROS - PSDB
MARILENE MARIOTONI - PL
MAURO NUNES JUNIOR - PSB
MILTON DANTE - PPB
MOISÉS DAVID PEDRO DOS SANTOS - PSDB
OSVALDO APARECIDO QUAGLIO - PL
ROBERTO JOSÉ DE FÁTIMA MAGALHÃES - PT
ROSANA MARIA CAVEANHA - PT
SEBASTIÃO FORTUNATO DE GODOY - PMDB
VALDIR LUIZ BIAZOTTO - PL

Prefeito PAULO DE OLIVEIRA E SILVA - PSB

Vice-Prefeito MASSAO HITO - PT

Convite
CONVIDA V. Sa. e Exma. Família *com convidados* para o cerimonial que realizar-se-á no ~~Salão Nobre da Câmara Municipal, instalado no pavimento superior do Edifício do Paço.~~ *na Igreja do Divino Espírito Santo, da Rua Almeida Maranhão de Nassau, nº 12, ...*
Holambra Mogi-Mirim, dezembro de 1996.

ENVELOPES - conter brasão colorido com os dizeres

CÂMARA MUNICIPAL DE MOGI-MIRIM
ESTADO DE SÃO PAULO

250 convites

AVISO JORNAL
CONVITE PARA SESSÃO SOLENE
VEREADORES, PREFEITO E VICE PREFEITO E LOCAL
COMUNICADO às autoridades constitucionais e a população pelo jornal
VERIFICAR ASSINATURA DO CONVITE

CAMARA MUNICIPAL DE COSMOPOLIS

RUA PRESIDENTE G... ESTADO DE SÃO PAULO - FONE: (019) 872-1472

PAUTA DOS TRABALHOS
PLEITO DE 03
DO COSMOPOLIS
10:00 HORAS

01. Convite à presidência

02. Convocação

03. Execução

04. O Sr. Pr

05. Os Vere

06. O Sr. S

07. Convite
se.

08. Posse do

09. Convite
assento à Mesa

10. Convite
à Mesa.

11. Jurame
Vice-Prefe

12. Leitur
do Vice-Pr

13. Posse

14. Palavr

*Outas
sensat
solene
de mudança
de legislação
das outras câmaras*

01. Eleição dos membros da Mesa para o biênio 97/98.

02. Convite para que dois Vereadores auxiliem os trabalhos de apuração dos votos.

ART. 19 L.O.M.

CAMARA MUNICIPAL DE COSMOPOLIS

RUA PRESIDENTE GETULIO VARGAS, 500 - CEP.13150-000 - ESTADO DE SAO PAULO - FONE: (019) 872-1472

03. Votação Nominal da nova Mesa Diretora.

04. Apuração dos Votos.

05. Comunicação pelo Sr. Presidente da composição da nova Mesa Diretora.

06. Convite para que os membros da nova Mesa Diretora tomem seus respectivos lugares e Posse dos mesmos.

CÂMARA MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS, 01 DE JANEIRO DE 1.997.

Edson Dias
Presidente

Publicado em a Secretaria. Data Supra.

Antonio Rodolfo Rizzo
Diretor Superintendente

Partidos.

Seguindo ouviremos a palavra do Vice-Prefeito, Dr. Isaias Silveira.

E finalmente ouviremos a palavra do Dr. Joaquim José Pedrozo - Prefeito Municipal.

16. Passaremos agora ao Intervalo Regimental. Após o intervalo, convocaremos a eleição dos membros da Mesa da Câmara Municipal, para o biênio 97/98.

INTERVALO REGIMENTAL

01. Voltando aos nossos trabalhos, gostaria de comunicar que agora passaremos à eleição dos membros da Mesa da Câmara Municipal, para o biênio 97/98.

02. De acordo com o artigo 19 da Lei Orgânica de nosso Município, esta votação deverá ser nominal.

Convido o Secretário, Vereador _____ para nominalmente colher a votação dos Senhores Vereadores, cargo a cargo, para elegermos a nova Mesa Diretora.

03. Procedida a votação obtivemos os seguintes resultados:

Para Presidente: Vereador _____	com _____	votos.
Para Presidente: Vereador _____	com _____	votos.
Para Vice-Presidente: Vereador _____	com _____	votos.
Para Vice-Presidente: Vereador _____	com _____	votos.
Para 1º Secretário: Vereador _____	com _____	votos.
Para 1º Secretário: Vereador _____	com _____	votos.
Para 2º Secretário: Vereador _____	com _____	votos.
Para 2º Secretário: Vereador _____	com _____	votos.

04. Gostaria de Comunicar que a Mesa da Câmara Municipal, para o biênio 97/98, será composta dos seguintes membros:

Para Presidente: Vereador _____
 Para Vice-Presidente: Vereador _____
 Para 1º Secretário: Vereador _____
 Para 2º Secretário: Vereador _____

05. Gostaria de parabenizar os Senhores Vereadores eleitos que compõem a Mesa da Câmara, nos próximos dois anos; desejando-lhes total êxito em seus trabalhos e que Deus os ilumine, bem como a nós todos, para que neste mandato de quatro anos, possamos realizar obras que tragam muitos benefícios à nossa população e ao nosso Município em geral.

06. Por favor, gostaria que o Vereador _____ (Presidente) _____, vies-

se até esta Mesa, acompanhado dos Vereadores ____ (Vice-Presidente), (1º Secretário) e (2º Secretário) _____. Estando todos aqui presentes declaro empossados, o Vereador _____ Presidente da Câmara Municipal de Cosmópolis; o Vereador _____ - Vice-Presidente da Câmara Municipal; o Vereador _____ - como 1º Secretário e o Vereador _____ como 2º Secretário.

07. Vamos saudá-los com uma salva de palmas.

08. Agradeço à todos e peço licença para retirar-me deixando a presidência nas mãos do Vereador _____.

Fox

nº 60-1032

ROTEIRO PARA A SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO
DA ASSEMBLÉIA MUNICIPAL CONSTITUINTE

- Chamada dos srs. vereadores
- Abertura da Sessão
- Convite às autoridades para assento junto à Mesa,
Execução do Hino Nacional
- Leitura de Trecho Bíblico (Parábola do Semeador)
- Música
- Presidente profere palavras referente à solenidade
- Palavras do Orador da Solenidade
- O sr. Presidente declara instalada a Assembléia Municipal
Constituinte e convida todos os srs. Vereadores para presta-
rem o compromisso.
- Declara os vereadores:.....
empossados no cargo de Vereador Constituinte
- Música
- Leitura do Projeto de Resolução que dispõe sobre o Regimento
Interno da Constituinte
- Um vereador solicita a dispensa da leitura do mesmo
- O sr. Presidente coloca em discussão e votação o Projeto de
Resolução, que a seguir se torna a Resolução nº...
- O Sr. Presidente através de Ato da Mesa nomeia a Mesa da Assem
bléia Municipal Constituinte
- O sr. Presidente através das Portarias Constituintes:
 - nº 1 - nomeia a 1ª Comissão Temática
 - nº 2 - " a 2ª Comissão Temática
 - nº 3- " a 3ª Comissão Temática
 - nº 4 - " a 4ª Comissão Temática
 - nº 5 - " a Comissão de Sistematização
- Palavras do Prefeito
- Leitura do Termo de Instalação da Assembléia Municipal Const.
- Música
- Palavras do Presidente
- Entrega de homenagens (se houver)

ROTEIRO PARA A SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA 11ª LEGISLATURA
E POSSE DOS SENHORES VEREADORES, PREFEITO E VICE PREFEITO

LOCAL : IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DAS DORES
MISSA : 8 HORAS

1) INÍCIO DA SESSÃO SOLENE:

ORADOR: - ABRE A SESSÃO SOLENE
- CONVIDA OS VEREADORES EM ORDEM ALFABÉTICA PARA TOMAR ASSENTO
À MESA:

LADO DIREITO:

- 1º) ADIVALDO TAGLIARI BARBOSA
- 2º) EDSON LUIZ DE OLIVEIRA
- 3º) JOÃO CANTARELLI
- 4º) JOÃO CARLOS FERNANDES

LADO ESQUERDO:

- 8º) MARIA AP. GOMES LEVEGHIN
- 9º) MARIA CLAUDIA MUNHOZ BILATTO
- 10º) OSMAR SEBASTIÃO CATARINA
- 11º) WLADEMIR CAETANO DE MORAES

- CONVIDA PARA PRESIDIR A SESSÃO SOLENE DE POSSE E INSTALAÇÃO
O VEREADOR MAIS VOTADO NAS ELEIÇÕES DE OUTUBRO PRÓXIMO PASSADO, O SR. -
REINALDO AMÉLIO TAGLIARI.

- CONVIDA O PREFEITO ELEITO, SR. CLAUDIO ALVES DE MENEZES PARA
TOMAR ASSENTO A DIREITA DO PRESIDENTE.

- CONVIDA O VICE PREFEITO ELEITO, SR. JOAQUIM FRANCISCO DE SAN-
TANA FILHO PARA TOMAR ASSENTO A ESQUERDA DO PRESIDENTE.

- COMPOSTA A MESA, PASSA A PALAVRA AO PRESIDENTE DA SESSÃO SO-
LENE, SR. REINALDO AMÉLIO TAGLIARI.

PRESIDENTE: (EU FICO EM PÊ)

"SOB A PROTEÇÃO DE DEUS, DECLARO ABERTO OS TRABALHOS DESTA
SESSÃO SOLENE DE POSSE E INSTALAÇÃO DA 11ª LEGISLATURA".

"CONVIDO A TODOS, PARA EM PÊ, OUVIRMOS O HINO NACIONAL BRASI-
LEIRO" (FITA OU DISCO)

PRESIDENTE:

"ABRO A PALAVRA AO PREFEITO E VICE-PREFEITO"

"FACULTO A PALAVRA AOS PRESENTES"

"NADA MAIS HAVENDO A SER TRATADO E NINGUÉM QUERENDO FAZER USO DA PALAVRA, COMUNICO AOS PRESENTES QUE OS SENHORES, PREFEITO E VICE PREFEITO, DIRIGIR-SE-ÃO À PREFEITURA MUNICIPAL ONDE DAR-SE-Á O ATO DE TRANSMISSÃO DE CARGOS, E OS VEREADORES DIRIGIR-SE-ÃO À CÂMARA MUNICIPAL PARA A CONTINUIDADE DOS TRABALHOS COM A ELEIÇÃO DA NOVA MESA DIRETORA"

"AO ENCERRAR A PRESENTE SESSÃO, QUERO REGISTRAR OS NOSSO SINCEROS AGRADECIMENTOS A TODOS QUE AQUI COMPARECERAM E EM ESPECIAL AO MONSENHOR EDISSON VIEIRA LÍCIO PELA INESTIMÁVEL COLABORAÇÃO, SEDENDO O RECINTO DA IGREJA MATRIZ PARA ESTA SOLENIDADE."

"AGRADEÇO TAMBÉM A SENHORA APARECIDA ALVES DA SILVA POSI , O SR.JOSÉ PAULO DA COSTA FIGUEIRA, MESTRE DE CERIMÔNIA, PELA BRILHANTE COLABORAÇÃO E A TODOS QUE DE UMA FORMA OU DE OUTRA COLABORARAM PARA A REALIZAÇÃO DESTE CERIMONIAL."

"DECLARO ENCERRADA A SESSÃO SOLENE DE POSSE E INSTALAÇÃO."

"MUITO OBRIGADO"

ROTEIRO PARA A SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA 11ª LEGISLATURA
E POSSE DOS SENHORES VEREADORES, PREFEITO E VICE PREFEITO

LOCAL : IGREJA MATRIZ NOSSA SENHORA DAS DORES

MISSA : 8 HORAS

1) INÍCIO DA SESSÃO SOLENE:

ORADOR: - ABRE A SESSÃO SOLENE

- CONVIDA OS VEREADORES EM ORDEM ALFABÉTICA PARA TOMAR ASSENTO
À MESA:

LADO DIREITO:

LADO ESQUERDO:

1º) ADIVALDO TAGLIARI BARBOSA

8º) MARIA AP. GOMES LEVEGHIN

2º) EDSON LUIZ DE OLIVEIRA

9º) MARIA CLAUDIA MUNHOZ BILATTO

3º) JOÃO CANIARELLI

10º) OSMAR SEBASTIÃO CATARINA

4º) JOÃO CARLOS FERNANDES

11º) WLADIMIR CAETANO DE MORAES

- CONVIDA PARA PRESIDIR A SESSÃO SOLENE DE POSSE E INSTALAÇÃO
O VEREADOR MAIS VOTADO NAS ELEIÇÕES DE OUTUBRO PRÓXIMO PASSADO, O SR. -
REINALDO AMÉLIO TAGLIARI.

- CONVIDA O PREFEITO ELEITO, SR. CLAUDIO ALVES DE MENEZES PARA
TOMAR ASSENTO À DIREITA DO PRESIDENTE.

- CONVIDA O VICE PREFEITO ELEITO, SR. JOAQUIM FRANCISCO DE SAN-
TANA FILHO PARA TOMAR ASSENTO À ESQUERDA DO PRESIDENTE.

- COMPOSTA A MESA, PASSA A PALAVRA AO PRESIDENTE DA SESSÃO SO-
LENE, SR. REINALDO AMÉLIO TAGLIARI.

PRESIDENTE: (EU FICO EM PÉ)

"SOB A PROTEÇÃO DE DEUS, DECLARO ABERTO OS TRABALHOS DESTA
SESSÃO SOLENE DE POSSE E INSTALAÇÃO DA 11ª LEGISLATURA".

"CONVIDO A TODOS, PARA EM PÉ, OUVIRMOS O HINO NACIONAL BRASI-
LEIRO" (FITA OU DISCO)

"AINDA EM PÉ, OUVIREMOS O HINO DO MUNICÍPIO DE ARTUR NOGUEIRA"

"NESTE MOMENTO, DESIGNO O SR. JOÃO CARLOS FERNANDES, PARA SECRE-
TARIAR OS TRABALHOS DESTA SESSÃO".

DISCURSO Nº 1 (EU FICO EM PÉ)

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL CONSTITUINTE

PORTARIA CONSTITUINTE Nº 03 - DE 1993.

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO TEMÁTICA (TERCEIRA COMISSÃO).

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT, Presidente da Câmara Municipal de Holambra, Estado de São Paulo, etc., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 18, Parágrafo Único da Resolução nº 006, (Regimento Interno da Assembleia Municipal Constituinte,

D E C I D E:

Nomear na forma do Artigo 23 da Resolução nº 006, a Terceira Comissão Temática da Constituinte Municipal "Ex Vi", do Inciso III, do Artigo 24 da Resolução nº 57 (Da Ordem Social, Desenvolvimento Urbano, do Meio Ambiente e Agricultura), os seguintes membros

Vereador Constituinte Antonio de Souza
Vereador Constituinte Donizete Carvalho da Silva
Vereador Constituinte Marcel D.S. Campos

Presidência da Assembleia Municipal Constituinte, aos 26 de fevereiro de 1993.

VEREADOR CONSTITUINTE ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente



Registrado na Secretaria e afixado na mesma data no quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.

VEREADOR DONIZETE CARVALHO DA SILVA
1º Secretário

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL CONSTITUINTE

PORTARIA CONSTITUINTE Nº 02 - DE 1993.

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO TEMÁTICA (SEGUNDA COMISSÃO).

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT, Presidente da Câmara Municipal de Holambra, Estado de São Paulo, etc., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 18, Parágrafo Único da Resolução nº 006, (Regimento Interno da Assembleia Municipal Constituinte,

D E C I D E:

Nomear na forma do Artigo 23 da Resolução nº 006, a Segunda Comissão Temática da Constituinte Municipal "Ex Vi", do Inciso II, do Artigo 24 da Resolução nº 57 (Da Organização Administrativa Municipal, Finanças, Orcamentos e Ordem Econômica), os seguintes membros

Vereador Constituinte Geraldo Theodorus M. Van Schaik
Vereador Constituinte Iran Daier Brunhani
Vereador Constituinte Aparício de Almeida

Presidência da Assembleia Municipal Constituinte, aos 26 de fevereiro de 1993.

VEREADOR CONSTITUINTE ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente



Registrado na Secretaria e afixado na mesma data no quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.

VEREADOR DONIZETE CARVALHO DA SILVA
1º Secretário

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL CONSTITUINTE

PORTARIA CONSTITUINTE Nº 01 - DE 1993.

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO TEMÁTICA (PRIMEIRA COMISSÃO).

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT, Presidente da Câmara Municipal de Holambra, Estado de São Paulo, etc., no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 18, Parágrafo Único da Resolução nº 006, (Regimento Interno da Assembleia Municipal Constituinte,

D E C I D E:

Nomear na forma do Artigo 23 da Resolução nº 006, a Primeira Comissão Temática da Constituinte Municipal "Ex Vi", do Inciso I, do Artigo 24 da Resolução nº 57 (Da Organização do Município, dos Poderes Executivo e Legislativo e do Processo Legislativo), os seguintes membros

Vereador Constituinte Donizete Carvalho da Silva
Vereador Constituinte Antonio José Esperança
Vereador Constituinte Valter Costella

Presidência da Assembleia Municipal Constituinte, aos 26 de fevereiro de 1993.

VEREADOR CONSTITUINTE ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente



Registrado na Secretaria e afixado na mesma data no quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.

VEREADOR DONIZETE CARVALHO DA SILVA
1º Secretário

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL CONSTITUINTE

PORTARIA CONSTITUINTE Nº 04 - DE 1993

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO.

VEREADOR ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT,
Presidente da Câmara Municipal de Holambra, Estado de São
Paulo, etc., no uso das atribuições que lhe são conferidas
pelo Artigo 18, Parágrafo Único da Resolução nº 006, (Regi-
mento Interno da Assembleia Municipal Constituinte,

D E C I D E:

Nomear nos termos do Artigo 20 da Resolução
nº 006, os membros da Comissão de Sistematização, assim
constituídos:

Vereador Constituinte Geraldo Theodorus Maira van Schaik
Vereador Constituinte Antonio José Esperança
Vereador Constituinte Iran Daier Brunhani
Vereador Constituinte Marcel Donizete de Souza Campos
Vereador Constituinte Donizete Carvalho da Silva

Presidência da Assembleia Municipal Constitu-
inte, aos 26 de fevereiro de 1993.

VEREADOR CONSTITUINTE ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente



Registrado na Secretaria e afixado na mesma
data no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.

VEREADOR DONIZETE CARVALHO DA SILVA
1º Secretário

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL CONSTITUINTE

PORTARIA CONSTITUINTE Nº 06 - DE 1993

DIVULGA A COMPOSIÇÃO DOS CARGOS
DA 2ª COMISSÃO TEMÁTICA.

ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT, Presidente da Câmara Municipal de Holambra, Estado de São Paulo, etc., etc., no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo parágrafo único do Artigo 18, da Resolução nº 006 (Regimento Interno da Assembleia Municipal Constituinte),

D E C I D E:

Artigo 1º - Divulgar nos termos do Parágrafo Único, Artigo 19 da Resolução 006, o Presidente, Membro e Relator da Segunda Comissão Temática da Constituinte Municipal "Ex Vi", do Inciso II, do Artigo 24 da Resolução 006 (Da Organização Administrativa Municipal, Finanças, Orcamentos e Ordem Econômica), assim constituída:

- I- Presidente - Vereador Constituinte Iran Daier Brunhani
- II- Membro - Vereador Constituinte Aparício de Almeida
- III- Relator - Vereador Constituinte Geraldo Theodorus Maria van Schaik

Artigo 2º - As atribuições da 2ª Comissão Temática de que trata o Artigo 1º desta Portaria, são as constantes do parágrafo 2º do Artigo 24 da Resolução 006.

Artigo 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidência da Assembléia Municipal Constituinte, aos 04 de março de 1993.

VEREADOR CONSTITUINTE ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

Registrado na Secretaria e afixado na mesma data no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.

VEREADOR DONIZETE CARVALHO DA SILVA
1º Secretário

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL CONSTITUINTE

PORTARIA CONSTITUINTE Nº 07 - DE 1993

DIVULGA A COMPOSIÇÃO DOS CARGOS DA 3ª COMISSÃO TEMÁTICA.

ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT, Presidente da Câmara Municipal de Holambra, Estado de São Paulo, etc., etc., no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo parágrafo único do Artigo 18, da Resolução nº 006 (Regimento Interno da Assembleia Municipal Constituinte),

D E C I D E:

Artigo 1º - Divulgar nos termos do Parágrafo Único, Artigo 19 da Resolução 006, o Presidente, Membro e Relator da Terceira Comissão Temática da Constituinte Municipal "Ex Vi", do Inciso III, do Artigo 24 da Resolução 006 (Da Ordem Social, Desenvolvimento Urbano, do Meio Ambiente e Agricultura), assim constituída:

- I- Presidente - Vereador Constituinte Antonio de Souza
- II- Membro - Vereador Constituinte Donizete Carvalho da Silva
- III- Relator - Vereador Constituinte Marcel Donizete de Souza Campos

Artigo 2º - As atribuições da 3ª Comissão Temática de que trata o Artigo 1º desta Portaria, são as constantes do parágrafo 3º do Artigo 24 da Resolução 006.

Artigo 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidência da Assembléia Municipal Constituinte, aos 04 de março de 1993.

VEREADOR CONSTITUINTE ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente



Registrado na Secretaria e afixado na mesma data no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.

VEREADOR DONIZETE CARVALHO DA SILVA
1º Secretário

Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

ASSEMBLEIA MUNICIPAL CONSTITUINTE

PORTARIA CONSTITUINTE Nº 08 - DE 1993

DIVULGA A COMPOSIÇÃO DOS CARGOS
DA COMISSÃO DE SISTEMATIZAÇÃO.

ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT, Presidente da Câmara Municipal de Holambra, Estado de São Paulo, etc., etc., no uso das atribuições que lhe são conferidas, pelo parágrafo único do Artigo 18, da Resolução nº 006 (Regimento Interno da Assembleia Municipal Constituinte),

D E C I D E:

Artigo 1º - Divulgar nos termos do Artigo 20 da Resolução 006, o Presidente, Vice Presidente, 1º Secretário, 2º Secretário e Relator da Comissão de Sistematização da da Constituinte Municipal, assim constituída:

- I- Presidente - Vereador Constituinte Geraldo Theodorus Maria van Schaik
- II- Vice-Presidente - Vereador Constituinte Antonio José Esperança
- III- 1º Secretário - Vereador Constituinte Iran Daier Bruhni
- IV- 2º Secretário - Vereador Constituinte Marcel Donizete de Souza Campos
- V- Relator - Vereador Constituinte Donizete Carvalho da Silva

Artigo 2º - As atribuições da Comissão de Sistematização de que trata o Artigo 1º desta Portaria, são as constantes do Artigo 22 da Resolução 006.

Artigo 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Presidência da Assembleia Municipal Constituinte, aos 04 de março de 1993.

VEREADOR CONSTITUINTE ANDREAS ADRIANUS ANTONIUS GRAAT
Presidente

Registrado na Secretaria e afixado na mesma data no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal.

VEREADOR DONIZETE CARVALHO DA SILVA
1º Secretário



Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CGC 67.172.312/0001-53

TEL. (019) 860-1625
TELEFAX. (019) 860-1487

SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO"
01/01/97

NOME: _____

ORGAO" : _____

CARGO" : _____

CIDADE: _____

(FAVOR TRAZER PREENCHIDO)



Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CGC 67.172.312/0001-53

TEL. (019) 860-1625
TELEFAX. (019) 860-1487

SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO"
01/01/97

NOME: _____

ORGAO" : _____

CARGO" : _____

CIDADE: _____

(FAVOR TRAZER PREENCHIDO)



Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CGC 67.172.312/0001-53

TEL. (019) 860-1625
TELEFAX. (019) 860-1487

SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO"
01/01/97

NOME: _____

ORGAO" : _____

CARGO" : _____

CIDADE: _____

(FAVOR TRAZER PREENCHIDO)



Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

CGC 67.172.312/0001-53

TEL. (019) 860-1625
TELEFAX. (019) 860-1487

SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO"
01/01/97

NOME: _____

ORGAO" : _____

CARGO" : _____

CIDADE: _____

(FAVOR TRAZER PREENCHIDO)



Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

"SESSÃO SOLENE"

NOME: - _____

CARGO: - _____

ÓRGÃO: - _____

CIDADE: - _____

TELEFONE: - _____

(Favor trazer este cartão preenchido)



Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

"SESSÃO SOLENE"

NOME: - _____

CARGO: - _____

ÓRGÃO: - _____

CIDADE: - _____

TELEFONE: - _____

(Favor trazer este cartão preenchido)



Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

"SESSÃO SOLENE"

NOME: - _____

CARGO: - _____

ÓRGÃO: - _____

CIDADE: - _____

TELEFONE: - _____

(Favor trazer este cartão preenchido)



Câmara Municipal de Holambra

Estado de São Paulo

"SESSÃO SOLENE"

NOME: - _____

CARGO: - _____

ÓRGÃO: - _____

CIDADE: - _____

TELEFONE: - _____

(Favor trazer este cartão preenchido)

CAMARA MUNICIPAL DE COSMOPOLIS

RUA PRESIDENTE GETULIO VARGAS, 500 - CEP.13150-000 - ESTADO DE SÃO PAULO - FONE: (019) 872-1472

PAUTA DOS TRABALHOS PARA A SESSÃO SOLENE DE POSSE DOS ELEITOS NO
PLEITO DE 03 DE OUTUBRO DE 1.996, A SER REALIZADA NA SEDE SOCIAL
DO COSMOPOLITANO FUTEBOL CLUBE, NO DIA 1º DE JANEIRO DE 1.997, ÀS
10:00 HORAS - QUARTA-FEIRA.

PRIMEIRA PARTE

01. Convite para o Vereador mais votado Sr. Edson Dias assumir a presidência da Sessão.
02. Convocação dos Vereadores eleitos a tomarem seus lugares.
03. Execução do Hino Nacional pela Banda Municipal.
04. O Sr. Presidente designa Secretário para a Sessão.
05. Os Vereadores em pé fazem o juramento.
06. O Sr. Secretário lê o Termo de Posse dos Senhores Vereadores.
07. Convite para os Senhores Vereadores assinarem o Termo de Posse.
08. Posse dos eleitos.
09. Convite para que o Prefeito eleito e o Vice-Prefeito, tomem assento à Mesa.
10. Convite para que as autoridades presentes tomem seus lugares à Mesa.
11. Juramento do Prefeito eleito Sr. Joaquim José Pedrozo e do Vice-Prefeito Sr. Isaias Silveira.
12. Leitura pelo Sr. Secretário do Termo de Posse do Prefeito e do Vice-Prefeito.
13. Posse do Prefeito e do Vice-Prefeito.
14. Palavra aberta.

INTERVALO REGIMENTAL

01. Eleição dos membros da Mesa para o biênio 97/98.
02. Convite para que dois Vereadores auxiliem os trabalhos de apuração dos votos.

ART. 19 L.O.M.

CÂMARA MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS

RUA PRESIDENTE GETULIO VARGAS, 500 - CEP.13150-000 - ESTADO DE SÃO PAULO - FONE: (019) 872-1472

03. Votação Nominal da nova Mesa Diretora.

04. Apuração dos Votos.

05. Comunicação pelo Sr. Presidente da composição da nova Mesa Diretora.

06. Convite para que os membros da nova Mesa Diretora tomem seus respectivos lugares e Posse dos mesmos.

CÂMARA MUNICIPAL DE COSMÓPOLIS, 01 DE JANEIRO DE 1.997.

Edson Dias
Presidente

Publicado em a Secretaria. Data Supra.

Antonio Rodolfo Rizzo
Diretor Superintendente

01. Invocando as bençãos e a proteção de Deus, damos início a Sessão Solene de instalação da 12ª Legislatura da Câmara Municipal.

A cada um de nós compete uma tarefa específica, na difusão do bem.

Erga-se para trabalhar, por que as tarefas são muitas e importantes, e poucos são os que têm consciência delas.

Ajude o mundo, para que o mundo possa ajudá-lo.

Estenda seus braços eficientes no cultivo do Bem, para que, quando os recolher, os traga cheios dos frutos abençoados da felicidade e do amor.

02. Gostaria de convidar para assentarem à minha esquerda os Senhores:

DR - Antonio Saraiva Sobrinho	- Vereador eleito
DR - Arnaldo Mariz Queiróz	- Vereador eleito
- Augusto José Silva Cardozo	- Vereador eleito
DR - Avelino Boaventura	- Vereador eleito
- Dario Conservani	- Vereador eleito
- Irineu Ballone Júnior	- Vereador eleito
- João Dias Damaceno Filho	- Vereador eleito
- João Maximiano de Souza	- Vereador eleito
- José Adevair Duó	- Vereador eleito
- José Roberto de Souza	- Vereador eleito
DR - Maurício Aparecido Gonçalves	- Vereador eleito
- Renato Trevenzolli	- Vereador eleito
- Silvio Luiz Baccarin	- Vereador eleito
- Wanderley Rolando Rosa Júnior	- Vereador eleito

03. Ouviremos agora o Hino Nacional.

04. Quero convidar o Sr. _____ para assentar-se ao meu lado, secretariando os trabalhos dessa Sessão.

05. Os Senhores eleitos Vereadores, no último pleito do dia 03 de outubro, apresentaram na Secretaria do Legislativo Cosmopolense, suas declarações de bens, assim como seus diplomas da Justiça Eleitoral, estando todos quites com suas obrigações legais.

06. Diante disto, peço que os Senhores fiquem de pé, pois lerei o nosso juramento, o qual em seu final, solicito que os Senhores Vereadores, repitam em voz alta e clara: "ASSIM O PROMETO".
"PROMETO EXERCER, COM DEDICAÇÃO E LEALDADE, O MEU MANDATO, RESPEITANDO A LEI E PROMOVENDO O BEM ESTAR DO MUNICÍPIO".

07. Gostaria de convidar o meu Secretário para ler o Termo de Posse dos Senhores Vereadores, o qual deverá ser assinado em seguida.

Por favor,

- Vereador Antonio Saraiva Sobrinho, venha assinar o Termo de Posse.
- Vereador Arnaldo Mariz Queiróz
 - Vereador Augusto José Silva Cardozo
 - Vereador Avelino Boaventura
 - Vereador Dario Conservani
 - Vereador Irineu Ballone Júnior
 - Vereador João Dias Damaceno Filho
 - Vereador João Maximiano de Souza
 - Vereador José Adevair Duó
 - Vereador José Roberto de Souza
 - Vereador Maurício Aparecido Gonçalves
 - Vereador Renato Trevenzolli
 - Vereador Silvio Luiz Baccarin
 - Vereador Wanderley Rolando Rosa Júnior

E agora assinarei o livro.

08. Constando as devidas assinaturas no respectivo Termo de Posse, declaro assim, os Senhores Vereadores aqui presentes, empossados perante as normas legais.

09. Gostaria de convidar o Vereador _____ e o Vereador _____ para conduzirem o Exmo. Dr. Joaquim José Pedrozo - Prefeito eleito de nosso Município, e o Exmo. Dr. Isaias Silveira - Vice-Prefeito, eleito no último dia 03 de outubro, à tomarem assentos ao meu lado.

10. Gostaria de convidar as autoridades presentes para se assentarem à minha direita: (nomes das fichas).

Se mais alguma autoridade estiver presente que não tenha passado pelo protocolo, por favor, venha se assentar juntamente com os demais.

11. Prosseguindo, comunico que o Dr. Joaquim José Pedrozo e o Dr. Isaias Silveira, apresentaram na Secretaria do Legislativo Cosmopolense, suas declarações de bens e seus diplomas da Justiça Eleitoral, estando portanto, ambos, quites com as normas legais.

12. Ouviremos agora, a leitura do juramento feita pelo próprio Prefeito Municipal eleito, Dr. Joaquim José Pedrozo.

Agora ouviremos a leitura do juramento do Dr. Isaias Silveira - Vice-Prefeito eleito.

13. Feito o juramento, convido o meu Secretário para ler o Termo de Posse, o qual deverá ser assinado pelo Prefeito e seu Vice.

14. Declaro pois, empossados o Senhor Joaquim José Pedrozo - Prefeito Municipal de Cosmópolis e o Senhor Isaias Silveira - Vice-Prefeito Municipal de Cosmópolis.

15. A palavra encontra-se aberta para os Líderes das Bancadas dos

Partidos.

Seguindo ouviremos a palavra do Vice-Prefeito, Dr. Isaias Silveira.

E finalmente ouviremos a palavra do Dr. Joaquim José Pedrozo - Prefeito Municipal.

16. Passaremos agora ao Intervalo Regimental. Após o intervalo, convocaremos a eleição dos membros da Mesa da Câmara Municipal, para o biênio 97/98.

INTERVALO REGIMENTAL

01. Voltando aos nossos trabalhos, gostaria de comunicar que agora passaremos à eleição dos membros da Mesa da Câmara Municipal, para o biênio 97/98.

02. De acordo com o artigo 19 da Lei Orgânica de nosso Município, esta votação deverá ser nominal.

Convido o Secretário, Vereador _____ para nominalmente colher a votação dos Senhores Vereadores, cargo a cargo, para elegermos a nova Mesa Diretora.

03. Procedida a votação obtivemos os seguintes resultados:

Para Presidente: Vereador _____	com _____	votos.
Para Presidente: Vereador _____	com _____	votos.
Para Vice-Presidente: Vereador _____	com _____	votos.
Para Vice-Presidente: Vereador _____	com _____	votos.
Para 1º Secretário: Vereador _____	com _____	votos.
Para 1º Secretário: Vereador _____	com _____	votos.
Para 2º Secretário: Vereador _____	com _____	votos.
Para 2º Secretário: Vereador _____	com _____	votos.

04. Gostaria de Comunicar que a Mesa da Câmara Municipal, para o biênio 97/98, será composta dos seguintes membros:

Para Presidente: Vereador _____
Para Vice-Presidente: Vereador _____
Para 1º Secretário: Vereador _____
Para 2º Secretário: Vereador _____

05. Gostaria de parabenizar os Senhores Vereadores eleitos que compõem a Mesa da Câmara, nos próximos dois anos; desejando-lhes total êxito em seus trabalhos e que Deus os ilumine, bem como a nós todos, para que neste mandato de quatro anos, possamos realizar obras que tragam muitos benefícios à nossa população e ao nosso Município em geral.

06. Por favor, gostaria que o Vereador _____ (Presidente) _____, vies-

se até esta Mesa, acompanhado dos Vereadores ____ (Vice-Presidente), (1º Secretário) e (2º Secretário) _____. Estando todos aqui presentes declaro empossados, o Vereador _____ Presidente da Câmara Municipal de Cosmópolis; o Vereador _____ - Vice-Presidente da Câmara Municipal; o Vereador _____ - como 1º Secretário e o Vereador _____ como 2º Secretário.

07. Vamos saudá-los com uma salva de palmas.

08. Agradeço à todos e peço licença para retirar-me deixando a presidência nas mãos do Vereador _____.